



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

RESOLUÇÃO CONSUP/IFSUL Nº 513, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024.

Homologa Portaria IFSul 250, **ad referendum**, que aprovou Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação do Câmpus Camaquã.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e, conforme deliberação do Conselho Superior na reunião ordinária, realizada no dia 16 de setembro de 2024, resolve:

Art. 1º Homologar a Portaria IFSul 250, **ad referendum**, que aprovou o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação do Câmpus Camaquã.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flavio Luis Barbosa Nunes

Presidente do CONSUP

Documentos Anexados:

- **Anexo #1.** PPC (anexado em 18/09/2024 10:05:17)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Flavio Luis Barbosa Nunes, REITOR(A) - CD1 - IFSRIOGRAN**, em 18/09/2024 13:59:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/09/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 303986

Código de Autenticação: 3468d0cf51





INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Sul-rio-grandense



PROEN
Pró-Reitoria
de Ensino

TECNOLOGIA EM AGROCOMPUTAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Reitoria

Flávio Luis Barbosa Nunes

Reitor

Veridiana Krolow Bosenbecker

Vice-reitora

Rodrigo Nascimento da Silva

Pró-reitor de Ensino

Leonardo Betemps Kontz

Diretor de Políticas de Ensino e Inclusão

Liliane da Costa Ores

Chefe de Departamento de Gestão de
Assistência Estudantil

Rosane Bom

Chefe de Departamento de Educação Inclusiva

Fabiana Zaffalon

Chefe de Departamento de Educação a
Distância e Novas Tecnologias

Flavio Edney Macuglia Spanemberg

Coordenador da Coordenadoria de Graduação

Leonice Chaves Vieira

Revisora Pedagógica

Marion Rodrigues Dariz

Revisora Linguística

Mario Renato Chagas Junior

Revisor Técnico

Câmpus Camaquã

Gabriel Rockenbach de Almeida

Diretor-Geral

Viviane Dalmoro

Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e
Extensão

Coordenador do Curso

xxxx

Comissão de Elaboração do Projeto

Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia
em Agrocomputação

Sumário

1	Institucional	6
1.1	Identificação da Instituição	6
1.2	Identificação do Câmpus	7
1.3	Identificação do Curso	9
1.4	Perfil Institucional	11
1.4.1	Inserção Regional e Nacional	12
1.4.2	Áreas de Atuação	13
1.5	Diretrizes Institucionais	14
1.5.1	Missão	14
1.5.2	Visão	14
1.5.3	Valores	15
1.6	Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição	15
1.7	Organograma Institucional	18
1.7.1	Conselho Superior	18
1.7.2	Reitoria	20
1.7.3	Colégio de Dirigentes	21
1.7.4	Diretorias Sistêmicas	22
1.7.4.1	Diretoria Executiva	22
1.7.4.2	Diretoria de Desenvolvimento Institucional	22
1.7.4.3	Diretoria de Assuntos Internacionais	23
1.7.4.3.1	Núcleo de Idiomas	24
1.7.4.3.2	Instituições Parceiras	25
1.7.4.3.3	Cursos Binacionais	26
1.7.4.4	Diretoria de Tecnologia e Informação	27
1.7.5	Comissões	28
1.7.5.1	CPA	28
1.7.5.2	CPPD	29
1.7.5.3	Comissão de Ética	29
1.7.5.4	Comissão de Ética na utilização de animais	29
1.7.6	Governança	29
2	Campus Camaquã	30
2.1	Apresentação	30
2.2	Endereço de funcionamento	30
2.3	Bases legais de funcionamento	31
2.4	Histórico do Campus	31
2.5	Organograma do Campus	33
2.5.1	Diretorias e Departamentos	33
2.5.2	Coordenadorias	33
2.5.3	Núcleos	34

3 Curso Agrocomputação	35
3.1 Apresentação	35
3.2 Bases Legais	35
3.3 Histórico do Curso	40
3.4 Justificativa	41
3.4.1 Número de vagas	43
3.4.2 Requisitos de Acesso	43
3.5 Objetivos do Curso	44
3.5.1 Objetivo Geral	44
3.5.2 Objetivos Específicos	44
3.5.3 Público-alvo	45
3.6 Perfil Profissional do/a Egresso/a e campo de atuação	46
3.7 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	47
3.7.1 Articulação das Políticas Institucionais de Ensino, Extensão e Pesquisa	47
3.8 Currículo	47
3.8.1 Estrutura Curricular	48
3.8.2 Fluxos formativos	49
3.8.3 Matriz curricular	50
3.8.4 Matriz de disciplinas eletivas	53
3.8.5 Matriz de disciplinas optativas	53
3.8.6 Matriz de pré-requisitos	53
3.8.7 Matriz de co-requisitos	54
3.8.8 Matriz de disciplinas equivalentes	54
3.8.9 Matriz de componentes curriculares a distância	54
3.8.10 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias	54
3.8.10.1 Educação em Direitos Humanos	55
3.8.10.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena	55
3.8.10.3 Educação Ambiental	56
3.8.10.4 Prevenção e combate a incêndios e desastres	56
3.8.11 Certificações intermediárias	57
3.8.12 Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores	57
3.8.13 Prática profissional	57
3.8.13.1 Estágio profissional supervisionado	57
3.8.13.2 Estágio não obrigatório	57
3.8.14 Atividades Complementares	58
3.8.15 Trabalho de Conclusão de Curso	58
3.8.16 Metodologia	59
3.9 Política de formação integral do/a estudante	61

3.10	Políticas de inclusão e acessibilidade do estudante	62
3.11	Políticas de apoio ao/a estudante	64
3.12	Formas de implementação das políticas de ensino, extensão pesquisa	66
3.13	Curricularização da extensão e da pesquisa	69
3.14	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	71
3.14.1	Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão	71
3.15	Atividades de tutoria	72
3.16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos de ensino e de aprendizagem	74
3.17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	74
3.18	Materiais didáticos	75
3.19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	75
4	Corpo Docente e Tutorial	76
4.1	Núcleo Docente Estruturante	76
4.1.1	Composição	77
4.1.2	Atribuições	77
4.2	Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	78
4.3	Equipe Multidisciplinar	78
4.4	Coordenador/a do curso	78
4.4.1	Regime de Trabalho do/a coordenador/a	79
4.4.2	Plano de Ação	80
4.4.2.1	Indicadores de desempenho	80
4.4.2.2	Representatividade nas instâncias superiores	81
4.5	Corpo docente e supervisão pedagógica	81
4.6	Colegiado do curso	83
4.6.1	Implementação de práticas de gestão	84
4.7	Corpo de tutores do curso	84
4.8	Políticas de Interação entre Coordenação de Curso, Corpo Docente e de Tutores	85
5	Corpo técnico-administrativo	85
6	Infraestrutura	86
6.1	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	86
6.2	Espaço de trabalho para o/a coordenador/a	86
6.3	Sala coletiva de professores	86
6.4	Salas de aula (Não se aplica para cursos a distância que não preveem atividades presenciais na sede)	87
6.5	Acesso dos/as alunos/as a equipamentos de informática	87
6.6	Biblioteca	87
6.7	Laboratórios didáticos	89
6.7.1	Laboratórios de formação básica	89
6.7.2	Laboratórios de formação específica	89

6.7.3 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)	93
6.7.4 Ambientes profissionais vinculados ao curso	94
6.8 Infraestrutura de acessibilidade	94
7 Referências	96
8 Anexos e Apêndices	97
Apêndice I - Plano de ação do/a coordenador/a	97
Apêndice II - Tabela de informações sobre o corpo docente e supervisão pedagógica	100
Apêndice III - Tabela de informações sobre o corpo de tutores	115
Apêndice IV - Tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo	116

1 INSTITUCIONAL

1.1 Identificação da Instituição

Dados da Instituição		
Mantenedora:	Ministério da Educação	
IES:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul	
Natureza Jurídica:	Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal	
CNPJ:	10.729.992/0001-46	
Endereço:	Rua Gonçalves Chaves, nº 3218. Centro - Pelotas/RS - CEP 96015-560	
Fone:	(53) 3026-6275	
Site:	http://www.ifsul.edu.br/	
E-mail	reitoria@ifsul.edu.br	
Ato Regulatório:	Recredenciamento	
Tipo de documento:	Decreto	Nº Documento: s/n
Data de Publicação:	20/01/1999	
Prazo de Validade:	Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório:	Recredenciamento	
Tipo de documento:	Portaria	Nº documento: 1522

Data de Publicação:	26/12/2016	
Prazo de Validade:	Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI - Conceito Institucional:	4	Ano: 2016
IGC – Índice Geral de Cursos:	4	Ano: 2019
IGC Contínuo:	3.2738	Ano: 2019

1.2 Identificação do Câmpus

Dados do Câmpus	
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Câmpus:	Camaquã
Sigla:	IFSul Camaquã
CNPJ:	10.729.992/0006-50
Endereço:	Rua Ana Gonçalves da Silva, 901. Olaria - Camaquã RS
Telefone:	51 2170-0400
Página Institucional na Internet:	https://www.camaqua.ifsul.edu.br/
Endereço Eletrônico:	cm-gabinete@ifsul.edu.br

Dados SIAFI: UG:	151878
Autorização de Funcionamento	Portaria Ministerial nº

1.3 Identificação do Curso

Dados do Curso	
Nome Completo do curso	<i>Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação</i>
Título do aluno formado (Masc. / Feminino)	<i>Tecnólogo em Agrocomputação</i>
Modalidade	<i>Presencial</i>
Carga Horária Total	2550
Carga Horária mínima	2400
CH Disciplinas Obrigatórias	2430
CH Disciplinas Eletivas	0
CH Disciplinas Optativas	0
CH EaD	150
CH Extensão	270
CH Pesquisa	180
CH Estágio obrigatório	0
CH Atv Complementares	0
CH de TCC	160
CH Libras	
Formato do TCC	<i>Formato de disciplina / Requisito</i>
Vagas anuais autorizadas	<i>35 vagas</i>
Turno de oferta	<i>Noite</i>
Regime de matrícula	<i>Por disciplina</i>
Regime de Oferta	Turma única
Periodicidade	<i>Anual</i>
Duração - Quantidade de períodos letivos	4
Sistema de avaliação	<i>Exemplo: Nota (de zero a dez)</i>

Menor unidade (se for Nota)	<i>Exemplo: 0,1</i>
Nota mínima para aprovação (se for Nota)	<i>Exemplo: 6,0</i>
Controle da frequência do aluno	<i>Por disciplina</i>
Etapas avaliativas por período letivo	<i>2 etapa</i>
Data de início de funcionamento do curso	___/___/_____
Nome do Coordenador	
e-mail do coordenador	
Portaria de Autorização de Funcionamento- Conselho Superior-IFSul	
Ato Regulatório:	<i>Reconhecimento de Curso</i>
Nº documento:	
Data de Publicação:	
Prazo de Validade:	<i>Vinculado ao Ciclo Avaliativo</i>
CC – Conceito de Curso:	
Conceito Enade:	
CPC – Conceito Preliminar de Curso:	

1.4 Perfil Institucional

O IFSul é uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. Criado a partir da transformação do CEFET RS, nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFSul possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático- pedagógica e disciplinar.

A administração do IFSul tem como órgãos superiores o CODIR e o CONSUP, cuja estruturação, competências e normas de funcionamento estão organizadas em seu Estatuto. A reitoria e os 14 câmpus do IFSul estão distribuídos pelo estado do Rio Grande do Sul conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Distribuição das unidades do IFSul pelo estado



Segundo a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que reúne dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) para fins de cálculos de indicadores, o IFSul atende um total de 24.369 discentes (ano base 2018), matriculados em cursos nas modalidades presencial e a distância. Também exerce o papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais.

1.4.1 Inserção Regional e Nacional

Cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal presta um serviço à nação, ao realizar sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. A Rede Federal se configura hoje como importante estrutura de amplo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

No ano de 2019, a Rede Federal celebrou 110 anos de uma trajetória marcada pela evolução e pelo atendimento das necessidades contemporâneas, contando com 661 escolas em 578 municípios e mais de um milhão de estudantes matriculados/as em 11.766 cursos.

O IFSul é uma instituição que integra a Rede Federal, conjuntamente a outros 37 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), a 25 escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais, ao Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Os 14 câmpus do IFSul estão presentes em cinco regiões geográficas intermediárias e em 10 regiões imediatas do Rio Grande do Sul, conforme Quadro 1, elaborado com base nos dados do IBGE.

Quadro 2 – Regiões do estado do Rio Grande do Sul onde o IFSul está presente

Região geográfica intermediária	Região geográfica imediata	Câmpus
Porto Alegre	Porto Alegre	Câmpus Sapucaia do Sul e Câmpus Gravataí
	Novo Hamburgo - São Leopoldo	Câmpus Avançado Novo Hamburgo e Câmpus Sapiranga
	Camaquã	Câmpus Camaquã
	Charqueadas - Triunfo - São Jerônimo	Câmpus Charqueadas
Pelotas	Pelotas	Câmpus Pelotas, Câmpus Pelotas - Visconde da Graça e Câmpus Avançado Jaguarão

	Bagé	Câmpus Bagé
Uruguaiana	Santana do Livramento	Câmpus Santana do Livramento
Passo Fundo	Passo Fundo	Câmpus Passo Fundo
Santa Cruz do Sul - Lajeado	Santa Cruz do Sul	Câmpus Venâncio Aires
	Lajeado	Câmpus Lajeado

Além disso, atuando na modalidade de Educação a Distância (EaD), o IFSul amplifica sua área de abrangência dentro do estado do Rio Grande do Sul, ofertando cursos técnicos, superiores e cursos de formação inicial continuada. A Instituição utiliza, para este fim, além da estrutura dos seus 14 câmpus, a estrutura dos polos da Rede e-Tec Brasil e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), Figura 2.

Figura 2 - Distribuição dos polos de educação a distância do IFSul pelo estado

Mapa dos Polos de atuação do IFSul



1.4.2 Áreas de Atuação

O IFSul orienta sua oferta formativa, em todos os seus níveis e modalidades, para a formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional focada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

O IFSul oferta ensino verticalizado com atuação na Formação Básica, Educação Técnica, Tecnológica e Superior Graduação e Pós-graduação (lato e stricto sensu). O catálogo de cursos ofertados pelo IFSul está disponível no portal da Instituição, no endereço <http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/campus>.

O desenvolvimento da educação profissional e tecnológica tem como fim prover processos educativos e investigativos voltados à geração e adaptação de soluções às demandas sociais e peculiaridades regionais. Além disso, a instituição representa um papel importante no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, através das diversas ações desenvolvidas, como os programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, o estímulo a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, entre outras.

Na busca pelo cumprimento da sua missão institucional, sua atuação é pautada pela indissociabilidade entre **ensino, pesquisa e extensão**, promovendo a articulação como prática acadêmica vinculada ao processo de formação dos/as estudantes e de geração e compartilhamento de conhecimento.

Este processo coloca o/a estudante como protagonista de sua formação, visando o desenvolvimento de competências e conhecimentos necessários a sua formação cidadã e a sua atuação no mundo do trabalho, permitindo reconhecer-se como agente de transformação social.

1.5 Diretrizes Institucionais

1.5.1 Missão

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.

1.5.2 Visão

Ser reconhecido nacionalmente como instituição pública, inclusiva e gratuita, referência na educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a inovação e o desenvolvimento regional e atuando como agente de transformação social.

1.5.3 Valores

O IFSul se reconhece como instituição pública, gratuita e laica e se baliza pelos seguintes valores, calcados nos seus princípios previstos no Estatuto:

- **JUSTIÇA SOCIAL, EQUIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- **PLURALIDADE:** desenvolvimento da cultura do pensar e do fazer, associando-os às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- **EXCELÊNCIA:** verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- **FORMAÇÃO INTEGRAL:** compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos;
- **DIÁLOGO DE SABERES:** organização didático-pedagógica dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos, tecnológicos e humanísticos;
- **DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:** compromisso com a educação inclusiva, com a permanência do/a educando/a e com o processo educacional emancipatório; e
- **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA:** organização administrativa que possibilite aos diversos câmpus, inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições.

1.6 Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição

A história da Rede Federal iniciou-se em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, criou 19 escolas de aprendizes artífices, configurando um marco na educação profissional brasileira.

Apresentadas no início como instrumento de política voltada para as "classes desprovidas", essas escolas passaram por diversas transformações de acordo com as mudanças históricas, políticas e culturais ocorridas no país e no mundo.

Assim como a Rede Federal, o IFSul tem uma história de transformação que se iniciou muito antes de se tornar um instituto de educação, ciência e tecnologia. Em 07 de julho de 1917, a Bibliotheca Pública Pelotense sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios, uma sociedade civil cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres. O prédio foi construído mediante doações da comunidade, em terreno doado pela Intendência Municipal.

Figura 2 – Linha do tempo de evolução da Instituição



As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Ofícios e instituiu a Escola Técnico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico e cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de Couro e Eletro-Chimica.

Figura 3 – Prédios da Instituição ao longo do tempo



O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década, sendo extinto em 25 de maio de 1940, e seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas. Em 1942, por meio do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, subscrito pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, foi criada a Escola Técnica de Pelotas (ETP), a primeira e única Instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul. Inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, começou suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração (ciclos).

Neste primeiro ciclo do ensino industrial, os cursos estabelecidos foram: de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação.

A partir de 1953, foi oferecido o segundo ciclo da educação profissional, quando foi criado o primeiro curso técnico Construção de Máquinas e Motores. Em

1959, a ETP foi caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL.

Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de alunos nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Neste processo, em 1996, a Instituição ampliou geograficamente sua atuação, com uma unidade descentralizada em Sapucaia do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre, para atuar na área de polímeros, atendendo à demanda do polo petroquímico da região.

Em 1999, por meio de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 29 de dezembro de 2008, o CEFET-RS foi transformado, por meio da Lei nº 11.892, em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, com sede e foro na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul.

1.7 Organograma Institucional

O organograma completo está disponível no portal da Instituição, no endereço: <http://organograma.ifsul.edu.br/>.

1.7.1 Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal Sul-rio-grandense, ao qual compete as decisões para execução

da política geral, em conformidade com o estabelecido pelo presente estatuto, pelo Regimento Geral e regulamento próprio.

Observadas as disposições da legislação vigente, o Conselho Superior será constituído pelos seguintes membros:

- I.** O Reitor ou a Reitora, como presidente;
- II.** 01 (um/uma) representante de servidores docentes por campus, em funcionamento, eleito por seus pares;
- III.** 01 (um/uma) representante do corpo discente, por câmpus, em funcionamento, eleito por seus pares;
- IV.** 01 (um/uma) representante de servidores técnico-administrativos, por campus em funcionamento, eleito por seus pares;
- V.** 01 (um/uma) representante de egressos/as, que não seja membro da comunidade acadêmica, eleito por seus pares;
- VI.** 03 (três) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um/uma) das entidades patronais, 01 (um/uma) da entidade de trabalhadores da instituição, 01 (um/uma) do setor público e/ou empresas estatais;
- VII.** 01 (um/uma) representante do Ministério da Educação, indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII.** 01 (um/uma) representante do Colégio de Dirigentes por campus.

Compete ao Conselho Superior:

- I.** aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense e dos Diretores-Gerais, dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei no. 11.892/2008;
- II.** aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal Sul-rio-grandense e zelar pela execução de sua política educacional;

- III.** aprovar a estrutura organizacional e o Regimento Geral do Instituto Federal Sul-rio-grandense, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- IV.** aprovar os regulamentos dos demais órgãos colegiados do Instituto;
- V.** aprovar os planos de desenvolvimento institucional, o projeto político-pedagógico e a organização didática;
- VI.** aprovar o plano de ação e apreciar proposta orçamentária anual encaminhada pelo Colégio de Dirigentes;
- VII.** aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VIII.** apreciar e aprovar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual;
- IX.** autorizar a criação e a extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense, bem como o registro de diplomas;
- X.** autorizar o/a Reitor/a a conferir títulos de mérito acadêmico;
- XI.** deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, excetuando-se os de primeira via, relativos aos cursos regulares, que deverão ser gratuitos;
- XII.** delegar competências deliberativas aos órgãos colegiados do Instituto;
- XIII.** deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

1.7.2 Reitoria

Localizada na cidade de Pelotas/RS, a reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) é o órgão executivo responsável pela coordenação de quatorze câmpus: Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e

Venâncio Aires. Tem entre suas principais funções implementar e desenvolver políticas educacionais e administrativas, além coordenar e supervisionar a gestão sistêmica do instituto federal, seguindo diretrizes institucionais preestabelecidas.

A reitoria tem a seguinte estrutura organizacional:

- Gabinete do Reitor ou da Reitora;
- Vice-reitoria;
- Pró-reitoria de Gestão de Pessoas;
- Pró-reitoria de Administração e Planejamento;
- Pró-reitoria de Ensino;
- Pró-reitoria de Extensão e Cultura;
- Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;
- Diretoria de Assuntos Internacionais;
- Diretoria Executiva da Reitoria;
- Diretoria de Projetos e Obras;
- Diretoria de Desenvolvimento Institucional;
- Diretoria de Tecnologia da Informação;
- Procuradoria Federal;
- Ouvidoria;
- Assessoria do Reitor ou da Reitora.

1.7.3 Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria e será constituído:

- I. pelo Reitor ou Reitora, como presidente;
- II. pelos Pró-Reitores e Pró-reitoras; e

- III. pelos Diretores e Diretoras de Câmpus.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. apreciar a distribuição interna de recursos;
- II. apreciar as propostas de criação e de extinção de cursos;
- III. apreciar e recomendar as propostas e as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- IV. apreciar o calendário acadêmico;
- V. apreciar as normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VI. apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

O colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, as atas das reuniões do Colégio de Dirigentes devem ser publicadas na página do IFSul em 7 (sete) dias úteis após a sua aprovação

1.7.4 Diretorias Sistêmicas

1.7.4.1 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Reitoria é o órgão responsável por articular atividades administrativas da Reitoria, dentre elas, o processo de seleção de estagiários, de estudantes e servidores, o processo de convênios, as demandas operacionais e estratégicas para o desenvolvimento das atividades da reitoria, o suporte à Reitoria, às Pró-reitorias, às Direções dos câmpus, às Diretorias e Assessorias da Reitoria, em projetos e atividades nas áreas de atuação do IFSul.

1.7.4.2 Diretoria de Desenvolvimento Institucional

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um/a Diretor/a nomeado/a pelo/a Reitor/a, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-reitorias e os Câmpus.

À Diretoria de Desenvolvimento Institucional compete:

- I.** prestar assessoramento ao/a Reitor/a em assuntos de planejamento e desenvolvimento;
- II.** supervisionar a elaboração, monitoramento e avaliação dos planos estratégicos do IFSul;
- III.** promover a articulação entre as Pró-reitorias e os Câmpus;
- IV.** coordenar a elaboração e o desenvolvimento do Regimento Geral e da Estrutura Organizacional do IFSul;
- V.** orientar e dar suporte à elaboração dos Regimentos Internos dos Câmpus;
- VI.** manter atualizada a Estrutura Organizacional do IFSul nos sistemas próprios de publicização e de controle;
- VII.** promover a padronização dos procedimentos comuns aos Câmpus do IFSul ou Reitoria; e cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores.
- VIII.** cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores.

1.7.4.3 Diretoria de Assuntos Internacionais

A Diretoria de Assuntos Internacionais – ligada à Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, possui como objetivo estimular e operacionalizar trocas de experiências entre as várias instâncias de trabalho deste IF e instituições nacionais e internacionais, tais como intercâmbio de alunos/as e servidores (docentes/pesquisadores; técnico-administrativos) e desenvolvimento de projetos interinstitucionais, dando ênfase a qualquer atividade relacionada com a cooperação nacional e internacional.

As atribuições principais desta Diretoria são:

- I. estabelecer vínculos de cooperação entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense e instituições nacionais e internacionais;
- II. planejar, coordenar e executar as ações que promovam o relacionamento internacional;
- III. produzir e encaminhar propostas dos vários setores de trabalho do IFSul para organismos de fomento internacional;
- IV. acompanhar o desenvolvimento de propostas junto aos organismos de fomento;
- V. gestionar, em articulação com os diversos setores operacionais do IFSul, junto a entidades financiadoras públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, buscando a captação de recursos para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos nas múltiplas áreas do conhecimento;
- VI. promover intercâmbio com instituições similares ao IFSul, instituições universitárias e outros organismos nacionais e internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento;
- VII. estabelecer vínculos com outros organismos internacionais que desempenham atividades correlatas, visando ao constante fortalecimento e ao aperfeiçoamento das ações do IFSul;
- VIII. divulgar informações sobre cursos, bolsas de estudo e programas de instituições internacionais.

1.7.4.3.1 Núcleo de Idiomas

O Núcleo de Idiomas do IFSul, vinculado à Diretoria de Assuntos Internacionais, tem como objetivo propor uma nova política de ensino de línguas na instituição, a partir de discussões das práticas dos docentes de línguas e o uso de tecnologias de educação a distância. A oferta de vagas para estudantes e servidores do IFSul para os cursos de idiomas espanhol e inglês por meio do projeto e-Tec

Idiomas Sem Fronteiras, oportuniza o acesso mais amplo a cursos de idiomas para toda a comunidade, bem como oferece certificação em níveis internacionais para aqueles que desejam continuar seus estudos na pós-graduação ou realizar programas de intercâmbio.

O Núcleo também é responsável pela aplicação de testes de proficiência internacionais e pela capacitação de professores e tutores dos cursos do e-Tec Idiomas.

1.7.4.3.2 Instituições Parceiras

No quadro abaixo estão listadas as Instituições com as quais o Instituto Federal Sul-rio-grandense possui um Protocolo de Intenções vigente, o qual possibilita ações conjuntas no futuro, a serem formalizadas através de Convênios Específicos.

Os Convênios Específicos são acordos entre duas ou mais Instituições públicas ou privadas celebrados a fim de executar mobilidade, dupla diplomação ou outras ações de interesse comum.

Quadro 2 – Instituições que possuem convênio com o IFSul

País	Instituição	Prazo
Brasil	AFS Intercultura Brasil - Rio de Janeiro, RJ	Indeterminado
Canadá	Concordia University of Edmonton	14/05/2026
Colômbia	Fundación Tecnológica Liderazgo Canadiense Internacional (LCI) - Bogotá	Indeterminado
Espanha	Universidad de Vigo – Vigo	Indeterminado
Estados Unidos	Alamo Colleges (AC) - San Antonio, Texas	Indeterminado
	Buffalo State University - Buffalo, NY	Indeterminado
França	Lycée Eugène Livet - Nantes	Indeterminado

	Sigma Clermont – Aubière, Clermont-Ferrand	
Portugal	Instituto Politécnico de Bragança (IPB) - Bragança Instituto Politécnico do Porto - Porto	Indeterminado
Uruguai	Dirección General de Educaión Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay (DGETP - UTU) - Montevidéu Universidad Tecnológica – UTEC - Montevidéu	Indeterminado Indeterminado

1.7.4.3.3 Cursos Binacionais

As escolas de fronteira, ao oferecerem os cursos binacionais, trouxeram um inegável avanço na Educação Tecnológica brasileira e na dos países vizinhos. Brasil, Uruguai e Argentina que, desde a década de 90, através das discussões no âmbito do Mercosul, ensaiavam a concretização desta parceria pioneira. Em 2006 o Instituto Federal Sul-rio-grandense, ainda na condição de CEFET, estabeleceu uma importante relação com *Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay* (CETP-UTU) em reunião realizada em Montevidéu com a ABC do Ministério das Relações Exteriores. Já em 2007, foram realizados cursos de capacitação envolvendo docentes do IFSul e mais de 100 servidores do CETP-UTU.

A criação dos Institutos Federais, em dezembro de 2008, possibilitou ações mais concretas com o objetivo de oferecer aos/as jovens brasileiros e de países fronteiriços uma formação profissional com respaldo de uma diplomação binacional. A autorização de funcionamento do câmpus Santana do Livramento, em 2010, aliado à Escola Técnica de Rivera, veio garantir efetivamente o começo dos cursos. Com câmpus Avançado Jaguarão, em 2014, ampliaram-se as alternativas educacionais, com a oferta de dois novos cursos juntamente com a Escola Técnica de Rio Branco, no Uruguai.

A parceria entre o IFSul e o CETP-UTU se estabelece como referência para os demais Institutos Federais na diplomação binacional de estudantes de dois países de fronteira. Dessa forma o IFSul quer fortalecer a relação já existente e

ampliar as oportunidades na Educação Tecnológica ofertando cursos superiores binacionais, cuja proposição foi apresentada no 2º Encontro dos Institutos de Fronteira do Conif, em setembro de 2015.

1.7.4.4 Diretoria de Tecnologia e Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação é o órgão que planeja, supervisiona, orienta e controla as atividades relacionadas às políticas de Tecnologia da Informação.

A esta Diretoria compete:

- I.** propor políticas e diretrizes da área de tecnologia da informação do IFSul;
- II.** propor normas e metodologias de desenvolvimento de sistemas informatizados e dos procedimentos para aquisição, suporte e manutenção de equipamentos e serviços do IFSul;
- III.** propor diretrizes para os sistemas e para a infraestrutura de tecnologia da informação aos câmpus;
- IV.** propor a padronização e as especificação dos recursos de TI dimensionados às necessidades da instituição em conjunto com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
- V.** orientar e acompanhar os Câmpus na aquisição e manutenção dos links de comunicação de dados;
- VI.** prover a informatização de processos conforme necessidade da instituição;
- VII.** administrar os recursos computacionais sob sua responsabilidade;
- VIII.** assessorar os Câmpus quanto aos assuntos de tecnologia da informação;
- IX.** garantir a segurança e integridade das informações;

- X.** assegurar o alinhamento de tecnologias da informação com o Plano de Desenvolvimento Institucional através do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- XI.** realizar a pesquisa de soluções tecnológicas em todas as áreas de atuação da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- XII.** atuar junto aos Câmpus para que novas soluções sejam desenvolvidas;
- XIII.** promover e incentivar a participação em cursos de capacitação para qualificar os servidores de Tecnologia da Informação do IFSul;
- XIV.** zelar pela Política de Segurança da Informação e seus regulamentos;
- XV.** elaborar Termos de Referência e coordenar o processo de aquisição de bens e serviços de TI;
- XVI.** auxiliar nas atualizações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- XVII.** fiscalizar e acompanhar os contratos de Tecnologia da Informação da Reitoria;
- XVIII.** coordenar ações para promover a Política de Segurança da Informação no IFSul;
- XIX.** qualificar a área de Tecnologia da Informação do IFSul adequando processos de acordo com modelos de governança de TI; e
- XX.** divulgar e incentivar a utilização de ferramentas de colaboração.

A maioria dos câmpus do IFSul possui uma coordenadoria de TI, ligada ao Departamento de Administração, com exceção do câmpus Pelotas que, devido sua dimensão, possui duas coordenações e um departamento de TI ligado à Diretoria de Administração e de Planejamento.

1.7.5 Comissões

1.7.5.1 CPA

Coordena os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

1.7.5.2 CPPD

Presta assessoramento à Reitora ou ao Reitor na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

1.7.5.3 Comissão de Ética

Zela pelo cumprimento do Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

1.7.5.4 Comissão de Ética na utilização de animais

Analisa e delibera sobre todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que utilizem animais. Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.

Descrever que o Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA) está homologado pela CONEP, pertence à própria instituição e presta atendimento a instituições parceiras.

1.7.6 Governança

O Comitê de Governança, Riscos e Controles é responsável por estabelecer um ambiente institucional de governança, controle interno e gestão de riscos no âmbito do IFSul. A composição do Comitê de Governança, Riscos e Controles consta na Portaria nº 1.084/2017, disponível no portal eletrônico da Instituição, e suas competências foram determinadas pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

2 CAMPUS CAMAQUÃ

2.1 Apresentação

O Câmpus Camaquã (Portaria DOU nº 118, de 29 de janeiro de 2010), em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), assume o compromisso com o processo educativo e com o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões, por meio de uma educação humano-científica-tecnológica. O município de Camaquã, no qual se localiza o Câmpus, possui 62.200 habitantes e está inserido na microrregião de Camaquã, que conta com oito municípios dos quais é centro sub-regional de categoria 3B (IBGE, 2022)¹. A microrregião de Camaquã, além da vocação para a agricultura e pecuária, destaca-se pela presença de indústrias do setor de alimentos, especialmente ligados à orizicultura. Ainda cabe ressaltar a forte atração do comércio da cidade como maior cidade do pólo regional. O Campus oferece anualmente 216 vagas, distribuídas em cinco cursos, sendo três cursos diurnos na modalidade de ensino médio integrado e dois noturnos, um curso na modalidade subsequente e o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Contando com 51 docentes, sendo os 51 com Pós-graduação *stricto sensu*, 29 servidores Técnico-Administrativos em Educação e 21 servidores terceirizados, é oferecida aos estudantes uma infra-estrutura que conta com biblioteca, 11 salas de aula, 1 auditório e 1 mini-auditório, 22 laboratórios, 4 salas de professores, salas de atendimento, reuniões, além uma ampla estrutura de apoio.

Atualmente, 161 estudantes são atendidos com auxílios financeiros que possibilitam a manutenção de suas atividades no Campus, sendo divididos em auxílio transporte, moradia, alimentação e material escolar.

2.2 Endereço de funcionamento

Rua Ana Gonçalves da Silva, 901

Bairro Olaria

CEP 96785-130

¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/camaqua/panorama>. Acesso em 11 de junho de 2024.

Camaquã-RS

2.3 Bases legais de funcionamento

A autorização de funcionamento do câmpus e sua estrutura organizacional, que o vincula à Rede Federal de Ensino e ao IFSul foi definida pela Portaria DOU nº 993, de 07 de outubro de 2013.

2.4 Histórico do Campus

O Instituto Federal Sul-rio-grandense – câmpus Camaquã foi concebido dentro da segunda fase de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, através da implantação desta unidade na Macrorregião Centro-sul do Rio Grande do Sul, com abrangência na microrregião Camaquã. Segundo dados do IBGE (2021)¹, somente a cidade de Camaquã possui área total de 1.680,168 km² e uma população estimada em 62.200 habitantes, além de Camaquã, a microrregião é composta pelos municípios: Arambaré, Barra do Ribeiro, Cerro Grande do Sul, Cristal, Chuvisca, Dom Feliciano, Sentinela do Sul e Tapes.

Tendo recebido os primeiros estudantes no dia 28 de setembro de 2010. As primeiras turmas dos cursos técnicos integrados em Automação Industrial e Controle Ambiental, ambos com turmas manhã e tarde, com 32 vagas em cada um. No ingresso seguinte o regime e ingresso passaram a ser anuais. No ano de 2011, além das quatro turmas de curso integrado, iniciou-se o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, na forma subsequente, noturno, com 32 vagas e oferta semestral. Ainda no segundo semestre de 2012, ocorreu o ingresso de uma única turma de PROEJA² - Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, com duração de 3 anos e 3 meses e oferta de 32 vagas.

Mantiveram-se os cursos mencionados e quantidade de turmas até o ano de 2013 quando ampliou-se a gama de cursos integrados: Técnico em Automação Industrial apenas pela manhã e a partir de 2020 com ingresso alterado, anos pares tarde e anos ímpares manhã (32 vagas); Técnico em Controle Ambiental

² O PROEJA, foi “criado em 2005, tem por objetivo atender à demanda de acesso de jovens e adultos à educação profissional e tecnológica de forma articulada com a elevação da escolaridade.”
Fonte: <http://portal.mec.gov.br/proeja/>

mantendo-se duas turmas manhã e tarde (64 vagas); Técnico em Informática³ (32 vagas). Cursos subsequentes: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (32 vagas), sendo esta a última oferta e Técnico em Eletrotécnica (24 vagas) com dois ingressos anuais.

Em 2014, ampliando a inserção do IFSul câmpus Camaquã na comunidade regional entrou em vigor o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Ensino de Ciências: educar pela pesquisa, com 30 vagas, tendo sido alterado o seu PPC em 2016, e a nomenclatura passou a ser Curso de Especialização em Práticas de Ensino: Educar pela Pesquisa. O foco deste curso eram profissionais graduados em licenciaturas atuantes na educação básica. A última turma a ingressar foi em 2019.

De acordo com o que se apresenta, o câmpus Camaquã, ao longo dos seus 14 anos (contados a partir do primeiro dia de aula) tem buscado a sua consolidação na região onde está inserido. Os Institutos Federais criados pela Lei 11.892/2008 tem o objetivo de atuar na formação inicial, no ensino médio integrado à formação profissional, na graduação, preferencialmente, tecnológica e na pós-graduação⁴. Pacheco (2020, p.7) ressalta ainda, que as diferentes modalidades mencionadas anteriormente, precisam “dialogar entre si, procurando estabelecer itinerários formativos possibilitando reduzir as barreiras entre níveis e modalidades, que dificultam a continuidade da formação dos educandos especialmente os oriundos das classes trabalhadoras e excluídos modalidades”.

A partir de 2016, soma-se ao câmpus Camaquã, o curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas com ingressos semestrais inicialmente de 24 vagas, ampliadas para 32 em 2017. A partir de 2021/1 o ingresso passou a ser anual. O curso vem ao encontro da crescente procura por profissionais da área tecnológica e por isso, buscou assegurar até então o desenvolvimento de competências técnicas considerando os pressupostos da ciência e da ética. Em vista disso, o câmpus Camaquã com este curso, oferece a possibilidade de ascensão

³ Este curso iniciou com funcionamento manhã e tarde, com carga horária de 4.500 horas e foi reformulado passando a vigor em 2015 com 3.600 horas, com ingressos alternados: anos ímpares, tarde e anos pares, manhã.

⁴ PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 4, n. 1. 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575>. Acesso em: 24 nov. 2022.

dentro de um itinerário que se inicia com o curso de Ensino Médio Integrado Técnico em Informática.

Pode-se observar, por fim, os impactos positivos causados na sociedade de Camaquã e região, através das centenas de jovens e adultos que obtiveram uma formação de qualidade, pública e gratuita, nas diversas modalidades oferecidas pelo IFSul câmpus Camaquã. Sendo que, a partir dessa formação, foi possível dar continuidade aos seus estudos ou ingressar no mundo do trabalho.

2.5 Organograma do Campus

O organograma completo está disponível no portal da Instituição, no endereço: <http://organograma.ifsul.edu.br/> - Câmpus Camaquã.

2.5.1 Diretorias e Departamentos

O Câmpus Camaquã está organizado em dois departamentos, subordinados imediatamente à Direção Geral do Câmpus, a saber: Departamento de Administração e de Planejamento (DEAP) e Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX).

2.5.2 Coordenadorias

A cada um dos departamentos estão subordinadas coordenadorias. Ao DEAP estão subordinadas: a Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (CM-COCAF); a Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio (CM-COAP); a Coordenadoria de Gestão de Contratos (CM-COGECE); a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CM-COGEPE); a Coordenadoria de Licitações e Compras (CM-COLIC); a Coordenadoria de Manutenção Geral (CM-COMAG); e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CM-COTIN). Ao DEPEX, estão subordinadas: a Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino (CM-COEFE); a Coordenadoria de Extensão e Cultura (CM-COEX); a Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CM-COPESP); a Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC); a Coordenadoria de Formação Geral e Apoio ao Ensino (CM-COFAPE); a **Coordenadoria do Curso Técnico em Administração (CM-CTA)**; a Coordenadoria do Curso Técnico em Automação Industrial (CM-CTAI); a Coordenadoria do Curso Técnico em Controle Ambiental (CM-CTCA); a Coordenadoria do Curso Técnico em

Informática (CM-CTI); a Coordenadoria do Curso Técnico em Eletrotécnica (CM-CTTEC); a Coordenadoria do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (CM-CSTADS); e a Coordenadoria do Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação (CM-CSTA).

2.5.3 Núcleos

Os núcleos são conhecidos como potentes espaços formativos, uma vez que proporcionam a participação de estudantes, servidores e comunidade escolar em encontros, estudos, reflexões e ações junto à comunidade interna e externa acerca dos temas: meio ambiente, inclusão social, reconhecimento da diversidade étnico-cultural e afirmação das etnias socialmente subjugadas, gênero e diversidade sexual.

O Câmpus Camaquã conta com 4 (quatro) núcleos, que descrevemos na sequência. O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é responsável por desenvolver as ações de apoio aos estudantes e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica. Por sua vez, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações étnico-raciais. Já o Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI) é responsável pela implementação e monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental. É um órgão de assessoramento concebido para desenvolver estudos e práticas inovadoras de gestão ambiental, a fim de atender às crescentes demandas e contribuir estrategicamente com as políticas públicas para a sustentabilidade da Instituição. O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) é responsável por desenvolver as ações de promoção dos direitos da mulher, dos apenados, dos trabalhadores em situações de vulnerabilidade social e de todo um elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural.

3 CURSO AGROCOMPUTAÇÃO

3.1 Apresentação

O Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação do Campus Camaquã do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense é fruto de ampla discussão realizada entre os servidores do Câmpus Camaquã bem como da escuta aos anseios da comunidade da microrregião de Camaquã por cursos com ênfase na área agrícola. Além disso, este curso possibilita a verticalização do meio ambiente, controle e processos industriais e informática, considerando a existência dos cursos técnicos integrados em Automação Industrial, Controle Ambiental e Informática e o curso técnico subsequente em Eletrotécnica.

Este curso é oferecido no Campus Camaquã e destina-se a estudantes com conclusão do ensino médio ou equivalente, interessados em uma formação que engloba conhecimentos técnicos e humanísticos, enfatizando uma aprendizagem crítica e significativa. conhecimentos em situações reais de trabalho. Isto é concretizado através de uma combinação de aulas expositivas, laboratórios práticos, projetos de pesquisa e extensão, atividades complementares e curricularização da extensão, que enriquecem a experiência educacional dos alunos.

Por meio deste curso, o IF Sul reafirma seu compromisso com a formação de profissionais competentes, éticos e responsáveis, prontos para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

3.2 Bases Legais

O Curso Agrocomputação foi elaborado com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), no Catálogo Nacional de Cursos de Tecnologia e no Instrumento de Avaliação de Cursos Superiores de Graduação Presencial e a Distância.

Seguem-se abaixo as legislações que nortearam este curso:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96;
- O Plano Nacional de Educação (PNE)- determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024;

- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CES nº 3/2007; (Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências);
- Resolução CONAES nº 01/2010; (Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências);
- Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016, Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, 2016;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000/Resolução nº 130/2014;
- Resolução nº 7/ 2018 do CES/CNE-Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2001, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Parecer CNE/CES nº 19/2008, aprovado em 31 de janeiro de 2008 - Consulta sobre o aproveitamento de competência de que trata o art. 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;
- Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003 (Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização);
- Lei nº 11.645/2008- Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece

as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

- Lei 11.788/2008-Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Portaria nº 3.284/03 do MEC- Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Lei nº 9.795/1999-Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Decreto nº 4.281/2002- Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Resolução nº 51/2016 do CONSUP/IFSul, Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade;
- Resolução 148/2017 do CONSUP/IFSul- Altera Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade;
- Decreto nº 5.296/2004. Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei no 10.048/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;
- Lei nº 12.711/2012-CN que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

- Lei nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Portaria no 2.117/ 2019 do CN- Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- Portaria 1.162/ 2018-CN Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Decreto N°10.502/2020 – Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida;
- Decreto nº 7.611/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- Resolução nº 1/2012 do CNE- Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

Base Orientadora Institucional:

- Organização Didática do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/item/113-organizacao-didatica>;
- Regimento Geral e Regimento Interno do Campus/IFSUL- Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral>;
- Regulamentos Institucionais. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/itemlist/category/51-regulamentos-institucionais>;
- Instrução Normativa PROEN nº 01/2016. Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos e de Graduação do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;

- Instrução Normativa PROEN nº 02/2016. Dispõe sobre os procedimentos relativos ao uso de TIC e ao planejamento de componentes curriculares a distância nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de graduação do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Resolução nº 33/2012. Define os procedimentos para alteração de conteúdos e/ou bibliografias que já tenham sido aprovados pela Câmara de Ensino e que tenham sido cursados em pelo menos um período letivo. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Orientações para elaboração de programas de disciplinas - 2010. Orientações para o preenchimento dos formulários de programas de disciplinas. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Orientação Normativa PROEN nº 01/2010. Orientações gerais para elaboração das ementas dos programas de disciplinas. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Instrução Normativa PROEN nº 01/2019. Regulamenta o ingresso de candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) por cotas nos processos seletivos e concursos do IFSul; Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Instrução Normativa PROEN nº 03/2016. Dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Resolução nº 51/2016, retificada pela Resolução nº 148/2017. Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Resolução nº 15-2018. Estabelece o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;

- Resolução da CE- IFSul nº 39 de 2021. Dispõe sobre o Modelo de PPC dos Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>;
- Resolução nº 80/2014/IFSul. Trata dos estágios realizados por estudantes do IFSul, regidos pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Regulamento para Atividades Complementares. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>;
- Regulamento para Estágio. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>;
- Regulamento para Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>.

3.3 Histórico do Curso

O curso Superior de Agrocomputação é o segundo curso superior do IFSul Camaquã. Foi criado para suprir a demanda regional por cursos superiores visto que o IFSul Camaquã é a única instituição que oferta cursos presenciais gratuitos na microrregião de Camaquã. A área escolhida deve-se à crescente demanda por profissionais na área de informação e comunicação e ao arranjo produtivo da microrregião na área agrícola.

O curso verticaliza os três cursos de ensino médio integrado do Campus: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Controle Ambiental e Técnico em Informática, visto que no curso serão abordados conteúdos aprimorados das três áreas: meio ambiente, tecnologia e informação e controle e processos industriais. Assim, os servidores das três áreas participaram da discussão e construção do Projeto Pedagógico do Curso.

3.4 Justificativa

De acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2022⁵, o município de Camaquã possui 62.200 habitantes residentes em uma área de 1.680,168 quilômetros quadrados. A infraestrutura educacional do ensino superior do município abrange populações em seu entorno e, particularmente o IFSul Campus Camaquã, oferece condições de formação em nível superior para dezenas de alunos concluintes do ensino médio. Além disso, de acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2017⁶, os estabelecimentos agropecuários ocupavam uma área equivalente a 81,5% da área atual do município. Inclusive, quase metade desta área era dedicada para exploração de lavouras ou sistemas agroflorestais (66.742ha), com a outra metade ocupada por áreas de pastagens (42.349ha) ou áreas de matas e florestas (20.339 ha). Isso mostra que o município possui um forte potencial de desenvolvimento econômico na área agropecuária, o que estimula a existência de cursos voltados para formação de profissionais para atender as demandas provenientes dos trabalhadores agrícolas.

É inegável a importância do uso de tecnologias computacionais para o auxílio dos diversos serviços da atualidade, desde serviços de monitoramento ou robótica até uso de sensores e inteligência artificial. Este cenário não é diferente no agronegócio, o que leva o produtor a diversos dilemas, como bem explicado pela EMBRAPA (2018)⁷: “Os agricultores precisam decidir qual cultivo ou criação adotar, qual tecnologia empregar, qual a forma de financiamento e até mesmo que estratégia de comercialização adotar”. Desta forma, a escolha de profissionais capacitados para auxiliar o produtor na melhor escolha é fundamental para o sucesso de sua produção. Profissionais da tecnologia são constantemente demandados para as mais diversas tarefas, tanto que o próprio IFSul Campus Camaquã possui um curso superior voltado para atender essa demanda, com o Tecnólogo em Agrocomputação. A pequena e média propriedade rural podem requerer serviços como automatização de processos de irrigação e adubação, verificação da saúde e qualidade das produções ou até análises gerais da plantação

⁵ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/camaqua>, Acessado em 26 de junho de 2024.

⁶ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/camaqua/pesquisa/24/76693>, Acessado em 26 de junho de 2024.

⁷ Disponível em <https://www.embrapa.br/visao/o-futuro-da-agricultura-brasileira>, Acessado em 26 de junho de 2024.

a fim de sugerir otimizações e economias. Esses tipos de serviço podem ser obtidos através de empresas especializadas a um custo elevado, geralmente financiado por empréstimos elevados ou produtoras de grande porte. As pequenas e médias propriedades na região do município de Camaquã são justamente as que mais poderiam se beneficiar de serviços desse tipo, especialmente se oferecidos a um preço mais compatível com sua realidade financeira.

Todavia, o profissional em TI que é formado nos principais cursos da área da tecnologia não possui nem o vocabulário apropriado e nem o conhecimento técnico para falar com o pequeno produtor de igual para igual. Essa dificuldade na comunicação pode incorrer na impossibilidade de se oferecer um adequado suporte técnico para que a demanda daquele pequeno produtor possa ser de fato solucionada, ainda mais considerando as diversas legislações específicas na área ambiental. Desta forma, dado a necessidade de oferecer para o mundo do trabalho um profissional habilitado para esse fim, surgiu o curso de Tecnologia em Agrocomputação, conforme definição geral disponibilizado pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST)⁸. Importante observar que, segundo os registros no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior⁹, atualmente há sete instituições que oferecem cursos de Agrocomputação em todo o Brasil, destas, três possuem cursos presenciais ativos: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (em RO), Faculdade de Tecnologia Senai Mato Grosso (em MT) e Faculdades Associadas de Uberaba (em SP). Como é possível observar, mesmo o estado do Rio Grande do Sul sendo um dos cinco estados mais relevantes na produção e exportação de bens do agronegócio¹⁰, não há uma instituição que ofereça Agrocomputação em modalidade presencial no estado.

Considerando os expostos acima, em resumo: (a) a importância da produção agrícola e pecuária ao município de Camaquã e região, (b) a demanda por atualizações tecnológicas por parte de pequenos produtores rurais, (c) a dificuldade na plena comunicação entre produtores rurais e profissionais da tecnologia da

⁸ Disponível em <https://cncst.mec.gov.br/cursos/curso?id=38>, Acessado em 28 de junho de 2024.

⁹ Disponível em <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>, Acessado em 28 de junho de 2024.

¹⁰ Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros/abn-2024-06.pdf/view>, Acessado em 28 de junho de 2024.

informação e (d) a ausência de cursos tecnológicos presenciais de Agrocomputação no estado do Rio Grande do Sul; o IFSul Campus Camaquã propõe a criação do Curso Tecnológico em Agrocomputação, o primeiro curso presencial e gratuito deste tipo no estado do Rio Grande do Sul.

O Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação visa contribuir com o Plano Nacional de Educação¹¹ ao disponibilizar para a sociedade civil mais um curso de nível superior, em especial para alunos concluintes do ensino médio, de forma a colaborar com a Meta 12 do PNE. Por conseguinte, o curso exige a disposição de mais docentes especializados em áreas distintas ao corpo docente já existente no campus, como mestres e doutores nas subáreas ligadas à formação agrícola, contribuindo para a realização da Meta 13 do PNE. Desta forma, as duas subseções abaixo abordam sobre o número de vagas a serem disponibilizadas e os requisitos para ingresso no curso.

3.4.1 Número de vagas

O Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação oferece 35 vagas com ingresso anual. A quantidade de vagas do curso é baseada em estudos do número de vagas com a capacidade do corpo docente e com as condições de infraestrutura para suportar o ensino, a pesquisa e a extensão qualificada.

3.4.2 Requisitos de Acesso

Para ingressar no Curso Superior de Agrocomputação os candidatos deverão ter concluído o Ensino Médio ou equivalente. O ingresso ocorrerá por processo seletivo, com critérios e formas estabelecidos em edital específico. O processo seletivo para ingresso no Curso será pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU/MEC), tendo como base a nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) ou por processo seletivo próprio do IFSul, conforme PDI e alinhado à política de inclusão e acessibilidade do IFSul.

¹¹ Disponível em <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>, Acessado em 28 de junho de 2024.

3.5 Objetivos do Curso

3.5.1 Objetivo Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação tem como objetivo formar tecnólogos mediante formação integral, de modo que o egresso possa atuar de forma crítica, inovadora, empreendedora e ética frente aos desafios da sociedade na área da tecnologia da informação e desenvolver novas tecnologias com base nos conhecimentos de automação e meio ambiente.

3.5.2 Objetivos Específicos

- Formar profissionais aptos a projetar, desenvolver, construir, implementar, gerenciar e conduzir novas soluções na área de agrocomputação;
- Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- Compreender e desenvolver princípios que favoreçam o trabalho em equipe, respeitando as diferenças da dignidade humana e os princípios da ética no exercício profissional;
- Assumir postura de permanente busca de atualização, fomentando e preparando o estudante para o prosseguimento de seus estudos, inclusive em nível de pós-graduação;
- Formar profissionais que possam prestar assistência tecnológica visando a melhoria da qualidade e redução de custos em sistemas produtivos;
- Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- Ampliar o processo educativo, no sentido de tornar o egresso apto a utilizar o conhecimento pessoal e acadêmico em atendimento às demandas da comunidade;
- Desenvolver saberes por meio de ações em que articulem ensino, pesquisa e extensão, que tenham como objetivo preparar o estudante para uma realidade em constante evolução tecnológica com impactos no desenvolvimento sócio, político, econômico e cultural;

- Promover a articulação da academia com a comunidade e seus segmentos significativos, inclusive órgãos públicos;
- Efetivar a intencionalidade pedagógica de formação integral assumida como missão institucional (PPI, p. 14), por meio de ações extensionistas, definidas pela Política de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura do IFSul, a serem desenvolvidas em Cursos de Graduação;
- Adotar à pesquisa como princípio pedagógico no processo formativo do estudante, de modo a atender um mundo em permanente transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

3.5.3 Público-alvo

O Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação é ofertado para estudantes que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e que pretendam desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

Do total das vagas oferecidas em cada curso de Educação Superior, serão reservados 50% (cinquenta por cento) para candidatos egressos de Escolas Públicas, em decorrência do disposto na Lei nº 12.711/2012 e na Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, alterada pela Portaria Normativa MEC, nº 9, de 05 de maio de 2017. Conforme Instrução Normativa IFSul nº 07/2019, os candidatos sujeitos à política de Cotas para pessoas com deficiência, que comprovarem ter cursado o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, integral ou parcialmente, em Instituição Filantrópica (especializada no ensino e aprendizagem de pessoa com a deficiência apresentada) e, desde que preenchidos os demais requisitos, serão equiparados àqueles egressos integralmente de escola pública, para fins de satisfação do requisito de ter cursado o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio integralmente em escola pública, previsto nos artigos 1º e 4º da Lei nº 12.711/2012 e artigos 2º e 3º do Decreto nº 7.824/2012.

3.6 Perfil Profissional do/a Egresso/a e campo de atuação

De acordo com a Resolução CNE/CP N° 1/2021, o que se busca do profissional do curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação é o cultivo do pensamento reflexivo, com crescentes graus de autonomia intelectual e de ação, bem como a capacidade empreendedora e a compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos, nas suas relações com o desenvolvimento do espírito científico e tecnológico.

O tecnólogo em Agrocomputação de acordo com Catálogo Nacional de Curso Superiores de Tecnologia, atualizado em junho de 2024, Portaria nº 514, de 4 de junho de 2024, é o profissional capaz de projetar soluções computacionais para problemas identificados no contexto das ciências agrárias, utilizando conceitos de engenharia de software e automação, especificar requisitos mínimos de hardware e software para sistemas de agrocomputação, desenvolvendo e gerenciando sistemas informatizados para a agricultura de precisão, realizar estudos de viabilidade técnica e econômica na área, avaliar o impacto socioambiental de soluções computacionais no ambiente agrário, primando pela utilização racional de recursos naturais, gerenciar equipes técnicas na área, vistoriar, realizar perícia, avaliar, emitir laudo e parecer técnicos em sua área de formação.

O Tecnólogo em Agrocomputação formado pelo IFSul Campus Camaquã é um profissional de perfil generalista, humanista e crítico comprometido com a melhoria da qualidade de vida, capaz de agir com ética e solidariedade enquanto ser humano, cidadão e profissional. Com sólida formação técnica, este profissional está preparado para lidar com o inusitado, conviver e se comunicar e capacitado para aprender de forma autônoma e contínua, sabendo a importância de agir com maturidade, sensibilidade e equilíbrio ao agir profissionalmente, atuar de maneira ética e responsável, considerando a segurança, a legislação e os impactos ambientais em suas atividades. Está apto a desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis, alinhadas com as necessidades dos usuários e os desafios tecnológicos.

3.7 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

3.7.1 Articulação das Políticas Institucionais de Ensino, Extensão e Pesquisa

No âmbito do Curso, as práticas de ensino, extensão e pesquisa, a interdisciplinaridade, o trabalho como princípio educativo, a relação indissociável entre educação e prática social estão articuladas em consonância com os pressupostos, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSul. Nesse sentido, o Curso se propõe a: articular teoria e prática; estimular a participação protagonista de acadêmicos(as). Para isso, o curso promoverá visitas técnicas, palestras e interações com profissionais da área, dentre outras práticas. Além disso, serão proporcionadas vivências e estimulado o protagonismo dos acadêmicos(as) por meio da curricularização da extensão e pesquisa. Para tanto, será desenvolvida a curricularização da extensão e da pesquisa em componentes curriculares específicos e não-específicos, tornando-se um instrumento promotor dessa articulação, permitindo que o percurso formativo seja melhor distribuído e que não se limite às disciplinas e aos estágios não supervisionados, possibilitando à participação em eventos acadêmicos, projetos de ensino, extensão e/ou pesquisa e outras atividades curricularizadas ou complementares que possam ser realizadas com a profundidade teórica necessária, sem perder de vista o desenvolvimento das técnicas e habilidades.

3.8 Currículo

O IFSul, tendo como referência a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, bem como seu desdobramento em portarias, resoluções e decretos, torna-se a base legal que orienta e direciona a construção dos projetos pedagógicos dos cursos e fundamenta a sua concepção e organização curricular.

O Câmpus Camaquã, considerando as bases legais destacadas acima e os documentos institucionais, compreende que

“a construção curricular [...] toma o trabalho como princípio educativo, para articular o plano social, econômico, cultural, humano e concebe o sujeito

como ser histórico social, capaz de transformar a realidade em que vive” (IFSul, 2019, p. 16).

O currículo é projetado para ser flexível e dinâmico, adequando-se às constantes mudanças do contexto profissional e científico. São valorizadas estratégias que articulam teoria e prática, como práticas em laboratório e visitas técnicas, que enriquecem a formação profissional e aproximam o estudante da realidade do mercado de trabalho. Com isto, ampliando as perspectivas de sucesso e permanência na instituição.

3.8.1 Estrutura Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação tem duração de 4 (quatro) anos, com um total de 28 (vinte e oito) componentes curriculares obrigatórios, totalizando 2430 (duas mil e quatrocentas e trinta) horas-relógio nessas disciplinas. São contabilizadas ainda 120 (cento e vinte) horas-relógio para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O Curso implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Profissional, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação. Nessa perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem e estratégias de flexibilização, que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular, como a participação em Projetos de Ensino, Extensão e Pesquisa e nos Núcleos do Câmpus.

Para além dessas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber, no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

Como instrumento de acessibilidade metodológica, a matriz curricular propõe a realização de quatro períodos de aula por noite, permitindo aos estudantes, que são em maioria trabalhadores, saírem mais cedo do que sairiam em nossos cursos de cinco períodos, e tenham maior tempo de descanso. A matriz curricular considera

tempo para a realização de práticas e exercícios durante o horário das aulas, sob orientação direta do docente para potencializar o aprendizado ao longo do percurso formativo no Curso. A curricularização da extensão (conforme seção 3.13) é norteadada pelo trabalho como princípio educativo, buscando o protagonismo estudantil e a relação com a comunidade como princípios da extensão universitária. Torna-se um articulador importante entre teoria e prática, em prol da identificação de problemas que tocam à comunidade externa, o desenvolvimento regional e o setor produtivo local na área agrícola na busca de soluções que dialoguem centralmente com os conteúdos ministrados, com as práticas institucionais do IFSul desenvolvidas na região.

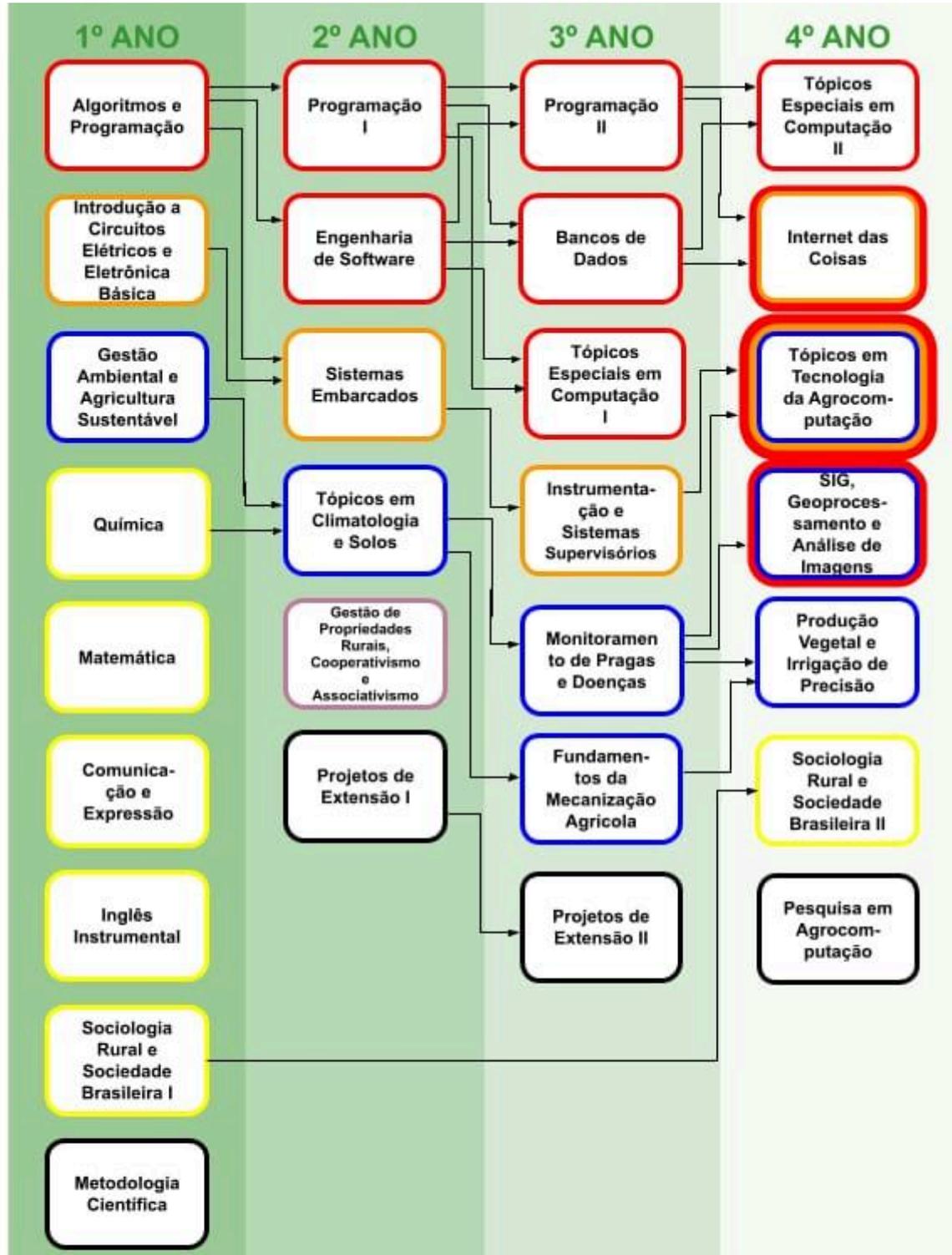
O Trabalho de Conclusão de Curso é um instrumento importante para a interdisciplinaridade dentro do Curso, articulando conhecimentos vistos em diferentes componentes curriculares. Além disso, permite a articulação entre teoria e prática e Ensino, Extensão e Pesquisa, permitindo a realização de pesquisas e análises de práticas realizadas ao longo do curso e de um produto acadêmico científico formalmente escrito e apresentado. Essas articulações têm apoio nas disciplinas de Metodologia Científica, Projetos de Extensão I e II, que discutem metodologias e auxiliam nas práticas de extensão e na elaboração do TCC.

3.8.2 Fluxos formativos

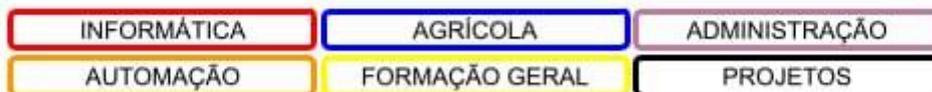
Os fluxos formativos do Curso privilegiam a flexibilidade e o protagonismo estudantil, sem prescindir da interdisciplinaridade. Dessa forma, não foram consolidados eixos, favorecendo a possibilidade de relações interdisciplinares entre todos os componentes curriculares. Ainda assim, está prevista uma matriz curricular em quatro anos letivos com uma matriz de pré-requisitos. Logo, consolidam-se conjuntos de componentes curriculares que se articulam de maneira mais direta, incluindo alguns que servem de pré-requisitos para outros. Na Figura 4, a demonstração gráfica dos fluxos é apresentada, com seis áreas de disciplinas, a saber: Informática, Agrícola, Automação, Administração, Projetos e Formação Geral. Nota-se que as áreas de disciplinas entrelaçam-se através de disciplinas que fazem interface entre duas ou mais áreas, o que é obtido pela forte integração dos conteúdos e métodos, resultando em uma matriz de evidentes características

interdisciplinares e multidisciplinares. Enquanto os grupos são resultantes de articulações diretas, inclusive de interdependência, as ligações entre as disciplinas, inclusive do mesmo ano letivo, estabelecem mais diretamente quais são as relações curriculares mais diretas.

Figura 4. Visualização gráfica da matriz curricular do curso de Tecnólogo em Agrocomputação



Legenda das Áreas:



3.8.3 Matriz curricular

A matriz curricular do curso de Tecnólogo em Agrocomputação segue o descrito na Tabela 1, simplificada na Figura 4.

Tabela 1. Descrição da Matriz Curricular do curso superior de Tecnologia em Agrocomputação

 Matriz Curricular do Curso de Tecnologia em Agrocomputação								
Câmpus Camaquã		Horas por crédito:		30 h	Vigência: 2025/1			
Período:		Duração da aula:		45 min				
Código SUAP	Componente Curricular	Período	Horas relógio Ensino (A)	Horas relógio Pesquisa (B)	Horas relógio Extensão (C)	Horas relógio total (A+B+C)	Horas relógio Práticas	Horas relógio EaD
XXXX X	Algoritmos e Programação	1º	120					
XXXX X	Introdução a Circuitos Elétricos e Eletrônica Básica	1º	60					
XXXX X	Gestão Ambiental e Agricultura Sustentável	1º	60					
XXXX X	Química	1º	60					
XXXX X	Matemática	1º	60					
XXXX X	Comunicação e Expressão	1º	60					
XXXX X	Inglês Instrumental	1º	60					
XXXX X	Sociologia Rural e Sociedade Brasileira I	1º	60					

XXXX X	Metodologia Científica	1º	60					
XXXX X	Programação I	2º	120					
XXXX X	Engenharia de Software	2º	120					
XXXX X	Sistemas Embarcados	2º	120					
XXXX X	Tópicos em Climatologia e Solos	2º	120					
XXXX X	Gestão de Propriedades Rurais, Cooperativismo e Associativismo	2º	60					
XXXX X	Projetos de Extensão I	2º		150				
XXXX X	Programação II	3º	120					
XXXX X	Bancos de Dados	3º	120					
XXXX X	Tópicos Especiais em Computação I	3º	60					
XXXX X	Instrumentação e Sistemas Supervisórios	3º	120					
XXXX X	Monitoramento de Pragas e Doenças	3º	60					
XXXX X	Fundamentos da Mecanização Agrícola	3º	60					
XXXX X	Projetos de Extensão II	3º		120				
XXXX X	Tópicos Especiais em Computação II	4º	60					
XXXX X	Internet das Coisas	4º	60					
XXXX X	Tópicos em Tecnologia de Agrocomputação	4º	60					
XXXX X	SIG, Geoprocessamento e Análise de Imagens	4º	120					

XXXX X	Produção Vegetal e Irrigação de Precisão	4º	120					
XXXX X	Sociologia Rural e Sociedade Brasileira II	4º	60					
XXXX X	Pesquisa em Agrocomputação	4º		120				

Quadro Resumo	Horas relógio	%
Carga Horária de Ensino (A)	2100	78,1
Carga Horária de Pesquisa (B)	180	6,7
Carga Horária de Extensão (C)	270	10,0
Carga horária de disciplinas Eletivas (D)	0	0
Carga horária total de disciplinas (A+B+C+D)	2550	0
Atividades complementares (F)	80	3,0
Trabalho de Conclusão de Curso (G)	60	2,2
Carga horária total do curso (A+B+C+D+E+F+G)	2690	100%
Carga Horária Total EaD	0	

3.8.4 Matriz de disciplinas eletivas

As disciplinas eletivas não estão previstas no curso.

3.8.5 Matriz de disciplinas optativas

As disciplinas optativas não estão previstas no curso.

3.8.6 Matriz de pré-requisitos

Tabela 2. Descrição da Matriz de Pré-Requisitos do curso de Tecnólogo em Agrocomputação

MEC/SETEC
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
CAMPUS CAMAQUÃ

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROCOMPUTAÇÃO			
MATRIZ CURRICULAR Nº 01 A PARTIR DE 2025/1			
Código	Disciplina	Código	Disciplina Pré-Requisito
SEGUNDO ANO			
	Programação I		Algoritmos e Programação
	Engenharia de Software		Algoritmos e Programação
	Sistemas Embarcados		Algoritmos e Programação
			Introdução a Circuitos Elétricos e Eletrônica Básica
	Tópicos em Climatologia e Solos		Gestão Ambiental e Agricultura Sustentável
			Química
TERCEIRO ANO			
	Programação II		Programação I
			Engenharia de Software
	Bancos de Dados		Programação I
			Engenharia de Software
	Tópicos Especiais em Computação I		Programação I
			Engenharia de Software
	Instrumentação e Sistemas Supervisórios		Sistemas Embarcados
	Monitoramento de Pragas e Doenças		Tópicos em Climatologia e Solos
	Fundamentos da Mecanização Agrícola		Tópicos em Climatologia e Solos
	Projetos de Extensão II		Projetos de Extensão I
QUARTO ANO			
	Tópicos Especiais em Computação II		Programação II
			Banco de Dados
	Internet das Coisas		Programação II
			Banco de Dados
	Tópicos em Tecnologia da Agrocomputação		Instrumentação e Sistemas Supervisórios
			Monitoramento de Pragas e Doenças
	SIG, Geoprocessamento e Análise de Imagens		Monitoramento de Pragas e Doenças
	Produção Vegetal e Irrigação de Precisão		Monitoramento de Pragas e Doenças
			Fundamentos da Mecanização Agrícola
	Sociologia Rural e Sociedade Brasileira II		Sociologia Rural e Sociedade Brasileira I

3.8.7 Matriz de co-requisitos

Não se aplica

3.8.8 Matriz de disciplinas equivalentes

Não se aplica.

3.8.9 Matriz de componentes curriculares a distância

Disciplinas de componentes curriculares a distância não estão previstas no curso.

3.8.10 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias

A matriz curricular do Curso conta com 29 (vinte e nove) disciplinas obrigatórias, sendo que 2 (duas) são componentes específicos destinados à curricularização da extensão, e 2 (duas) destinadas à curricularização da pesquisa. A maior parte dos conteúdos de formação geral é visto no primeiro ano do curso, por serem considerados conhecimentos fundamentais à vida em sociedade, buscando sempre a articulação entre os conhecimentos dos conteúdos dos diferentes componentes e entre teoria e prática. Desse modo, busca-se superar barreiras no ensino e na aprendizagem, na discussão dos conteúdos, visando à sua aplicação, sem perder de vista as políticas de formação integral e de apoio ao(a) acadêmico(a), mantendo atenção ao perfil do(a) ingressante e ao perfil desejado do(a) egresso(a).

Dessa forma, espera-se que a tomada de decisões técnicas esteja embasada teoricamente, para que possa ser feita de acordo com os princípios éticos, humanos, sociais e ambientais, com a utilização de princípios metodológicos e de comunicação eficientes. A bibliografia é constantemente revisada pelo Núcleo Docente Estruturante, que considera a utilização das obras sugeridas na Biblioteca Virtual (<https://plataforma.bvirtual.com.br/>) ou na biblioteca do Câmpus Camaquã, sendo que, em caso de uso de títulos da biblioteca do Câmpus, tanto as bibliografias básicas quanto complementares devem estar disponíveis no acervo.

A disciplina de Tópicos Especiais em Computação I e II (respectivamente 3º e 4º ano) buscam, também, abranger temas transversais dentro da área profissional que induzem o contato com conhecimentos recentes e inovadores na área da informática.

Os programas das disciplinas, com ementas, conteúdos e bibliografias encontram-se em constante atualização e disponíveis em: <https://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/campus/3>

3.8.10.1 Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos será implementada no âmbito do curso de acordo com Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004, mediante articulação entre saberes, de forma transdisciplinar dentro dos conteúdos trabalhados em atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão. Para a Educação em Direitos Humanos (EDH) será contemplado como conteúdo, estando presente na formação dos estudantes, em todas as áreas de conhecimento, seja disciplinarmente, interdisciplinarmente ou transversalmente. O acesso, permanência e êxito de estudantes incluídos nos grupos étnico-raciais abrangidos pela Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004 será promovido de acordo com as políticas de cotas e programas de assistência estudantil vigentes.

3.8.10.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

No âmbito do curso, de acordo com as orientações da Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para o cumprimento da Lei 10.639/03, ampliada, posteriormente, pela Lei 11.645/08 para a inclusão da história e cultura indígena, serão abordadas as relações étnico-raciais e a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, incluindo os povos originários e ancestrais, formadores da identidade nacional. Além da transdisciplinaridade do tema em diferentes disciplinas, a grade curricular contará com Sociologia Rural e Sociedade Brasileira I e Sociologia Rural e Sociedade Brasileira II, que abordarão de forma direta o tema, contextualizando-o também com o desenvolvimento tecnológico e as questões rurais, temas centrais do curso.

3.8.10.3 Educação Ambiental

A Educação Ambiental será implementada no âmbito do curso de acordo com a Lei Federal nº 9.795/1999, regulamentada pelo Decreto Nº 4.281/2002 e a Resolução CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, mediante transdisciplinaridade de conteúdos, sendo abordada nos diferentes componentes curriculares propostos durante o curso, atividades de ensino, pesquisa e extensão; com ênfase nas relações econômicas, sociais e ecológicas, compreendendo relações étnico-raciais e diferentes correntes de pensamento, incluindo a cosmovisão dos povos originários e ancestrais, considerando ainda, dentro do seu escopo, em especial as mudanças climáticas e seus efeitos para o planeta. As ações de ensino, pesquisa e extensão serão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

3.8.10.4 Prevenção e combate a incêndios e desastres

As dependências, espaços físicos e locais destinados às atividades docentes de ensino, pesquisa e extensão obedecerão a legislação em vigor, em especial o previsto na Lei Federal nº 13.425/2017. Como garantia de segurança ocupacional, patrimonial e de pessoas, serão adotados todos os critérios e obedecidas as normas de segurança, sob controle interno e externo, por parte dos órgãos municipais e estaduais competentes, mediante fiscalização e obtenção de alvarás e autorizações, quando necessários, bem como a implantação, uso e manuseio de equipamentos de proteção individual e/ou coletiva apropriados a cada espaço, atividade ou evento, integrando ainda, sempre que possível, técnica e didaticamente, tópicos de segurança ocupacional e de prevenção a desastres, nas ementas e programas das disciplinas da área tecnológica.

3.8.11 Certificações intermediárias

Não se aplica.

3.8.12 Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores

As informações sobre os critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores deverão ser extraídas da Organização Didática do IFSul atualizada.

3.8.13 Prática profissional

3.8.13.1 Estágio profissional supervisionado

Conforme a descrição da Organização Didática e do Regulamento de Estágios do IFSul, o estágio se caracteriza como atividade integradora dos processos de ensino e de aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos(as) acadêmicos(as).

Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato educativo intencionalmente planejado, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

Considerando a natureza tecnológica e o perfil profissional projetado, o Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação não oferta Estágio Profissional Supervisionado, assegurando, no entanto, a prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem.

3.8.13.2 Estágio não obrigatório

No Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação se prevê a oferta de estágio não obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao(à) acadêmico(a) a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e suas possibilidades. A modalidade de realização de estágios não obrigatórios se encontra normatizada no Regulamento de Estágio do IFSul.

3.8.14 Atividades Complementares

Conforme a Organização Didática (OD) do IFSul, as atividades complementares constituem um conjunto opcional de atividades didático-pedagógicas que possibilitam o aperfeiçoamento profissional e/ou formação do cidadão.

As atividades Complementares do Curso Superior em Tecnologia em Agrocomputação são de natureza obrigatória e devem ser desenvolvidas ao longo

do curso, somando um total mínimo de 80 h. O objetivo é contribuir com a formação do discente em eventos complementares ao currículo ordinário.

As atividades complementares permitem que o discente seja agente ativo no seu processo de aprendizagem. O ato de o acadêmico escolher e eleger quais Atividades Complementares quer participar, tende a enriquecer e a diferenciar sua formação, respeitando as preferências e capacidades individuais.

Tais atividades poderão ser propostas pela coordenação do curso, corpo docente e/ou discente, configurando-se por eventos dentro ou fora da instituição. Tais eventos devem envolver setores extracurriculares da sociedade, no sentido de favorecer o acolhimento de saberes diferentes daqueles gerados dentro da instituição. A troca permanente de conhecimento entre a sociedade e o Instituto diminui as assimetrias culturais e profissionais, tanto sob o aspecto da regionalidade quanto sob os aspectos objetivos de conhecimento prático e teórico.

As atividades complementares atendem à diretriz de integração do tripé ensino pesquisa - extensão. São relacionadas aos grupos previstos, conforme capítulo XXVI da Organização Didática do IFSul, e o documento Regulamento de Atividades Complementares – regulamento próprio do curso Superior em Tecnologia em Agrocomputação – apresenta as atividades aceitas como complementares e a sua pontuação. Com relação a oferta de atividades dessa natureza, destacam-se algumas que são ofertadas pelo próprio câmpus: FECIC (Feira de Ciências do IFSul Campus Camaquã) e Semana acadêmica.

3.8.15 Trabalho de Conclusão de Curso

Considerando a natureza da área profissional e a concepção curricular do Curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como forma de consolidar o interesse pela pesquisa e pelo desenvolvimento científico e tecnológico peculiares à área de conhecimento e ao perfil de egresso do Curso, com base na articulação entre teoria e prática, pautando-se na ética, no planejamento e na disseminação do conhecimento.

O Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação tem como objetivos:

- estimular a pesquisa, o desenvolvimento pedagógico, a análise teórica e a produção científica sobre um objeto de estudo pertinente ao Curso;
- possibilitar a sistematização, aplicação e consolidação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do Curso, tendo por base a articulação entre teoria e prática e entre ensino, extensão e pesquisa;
- permitir a integração dos conteúdos, contribuindo para o aperfeiçoamento técnico-científico do(a) acadêmico(a);
- proporcionar a pesquisa bibliográfica especializada e o contato com o processo de investigação científica;
- aprimorar a capacidade de interpretação, de reflexão crítica e de sistematização do pensamento.

Para assegurar a consolidação desses objetivos, o TCC será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação (Anexo I), no decorrer do último ano letivo do Curso, em um percurso que conta com 60 horas de atividade com suporte da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

3.8.16 Metodologia

O Curso contempla a relação entre teoria e prática, articulação necessária para conhecer a realidade e intervir no sentido de transformá-la. Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta da Educação Profissional Tecnológica, os processos de ensino e de aprendizagem privilegiados pelo Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação contemplam estratégias problematizadoras, tratando os conceitos do eixo tecnológico de Informação e Comunicação, Controle e Processos Industriais, Ambiente e Saúde e Recursos Naturais e demais saberes atrelados à formação geral do(a) acadêmico(a), de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os, permanentemente, às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais. Também são privilegiadas ações relacionadas com a formação integral do cidadão, discussões sobre questões étnico-raciais e ambientais. As práticas de extensão previstas a partir do segundo ano do curso buscam articulação entre a prática profissional, o protagonismo

estudantil e a relação com a comunidade externa ao IFSul, estando sempre conjugadas com as práticas de ensino e de aprendizagem.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do IFSul à respeito de seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos cursos superiores de tecnologia, profundamente comprometidos com a inclusão social, por meio da formação qualificada dos(as) egressos(as) no mundo do trabalho.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico; o reconhecimento dos conhecimentos e experiências prévias dos(as) acadêmicos(as); a elaboração de questões sobre as atividades propostas; o desenvolvimento e o exercício de atividades que articulem teoria e prática; a estruturação de hipóteses e sínteses; a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de atitudes e valores.

A organização curricular do Curso está estruturada de forma disciplinar, no entanto, esta estrutura está comprometida com a contextualização e a articulação de saberes entre as disciplinas. Nesse sentido, destaca-se, ainda, a utilização das seguintes estratégias: estudo de casos; visitas técnicas; planejamento e execução de seminários, uso do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle; envolvimento dos(as) acadêmicos(as) em atividades de ensino, pesquisa e extensão; elaboração de mapas mentais; participação em palestras, dentre outras. O TCC que busca a problematização teórica de pesquisas, estudos de caso e que pode contemplar também atividades de extensão se apresenta como um momento privilegiado para a reflexão teórica e científica articulada com a prática de maneira interdisciplinar.

Além disso, esta Proposta Pedagógica Curricular prevê contemplar em sua metodologia, o texto aprovado na Resolução CE/PROEN/IFSUL nº 39, de 06 de Junho de 2023, especificamente no que concerne a acessibilidade curricular e adaptações razoáveis para estudantes com necessidades educacionais específicas, tais como:

- Abordagem inclusiva que considera o conceito ampliado de acessibilidade, alinhada à legislação e aos documentos institucionais vigentes;
- Utilização da Instrução Normativa nº 3 de 2016, que dispõe sobre esses procedimentos a serem dispensados aos estudantes com deficiência, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul;
- Necessidade de acompanhamento e realização de Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com necessidades educacionais específicas, garantindo adequações no planejamento, acompanhamento e avaliação proporcionando o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão.

Portanto, o conjunto de estratégias sinalizadas no decorrer deste projeto visa implantar os princípios metodológicos de contextualização, problematização, interdisciplinaridade, uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs), tendo como propósito alcançar os objetivos, geral e específicos, descritos neste projeto.

3.9 Política de formação integral do/a estudante

Este curso visa formar tecnólogos por meio de uma educação humanística, científica e tecnológica, capacitando-os para o mundo do trabalho, de modo comprometido com o desenvolvimento local, regional e nacional, exercendo atividades de forma ativa, crítica e criativa. Dessa forma, a organização e o desenvolvimento curricular do Curso, em seus objetivos, conteúdos e métodos deverá evidenciar e vivenciar a unicidade entre as dimensões científico-tecnológico-cultural, a partir da compreensão do ser humano como produtor de sua realidade e do trabalho como primeira mediação entre o homem e a realidade material e socioambiental.

Com vistas a contribuir para que o(a) acadêmico(a) possa, individual e coletivamente, formular questões de investigações e buscar respostas em um processo autônomo de (re)construção do conhecimento, o Curso assume a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos, instigando o(a) acadêmico(a) no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o(a) cerca, priorizando a responsabilidade e o comprometimento com o saber fazer, a proposição de situações desafiadoras e instigadoras à exploração de diferentes possibilidades, estimulando a pró-atividade, estimulada pelo empreendimento de atividades individuais e em grupo.

Desde o entendimento da pertinência e da necessidade de associar-se a pesquisa e extensão ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares e contextualizados com problemas das propriedades agrícolas, pretende-se nas diferentes situações de aprendizagem, potencializar investigações e projetos de ação que concorram para a melhoria da coletividade e do bem comum, focado no meio rural. Com esse propósito, questões relacionadas à ética serão trabalhadas nos diferentes espaços formativos que envolvam ações de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, será requerida uma conduta ética nas relações sociais, acadêmicas e profissionais. Além do desenvolvimento desses temas de forma transversal no decorrer do Curso, especialmente nas disciplinas de Gestão Ambiental e Agricultura Sustentável, Metodologia Científica, Sociologia Rural e Sociedade Brasileira I e II, Projetos de Extensão I e II e Gestão de Propriedades Rurais, Cooperativismo e Associativismo, incentiva-se a participação dos(as) acadêmicos(as) nos Núcleos e projetos do Câmpus.

O currículo do Curso prevê, por meio de atividades práticas, o desenvolvimento da autonomia e do raciocínio lógico/algorítmico, temática central à área de Informática e que conta com um componente curricular próprio (Algoritmos e Programação - 1º ano). A redação de documentos técnicos está contemplada nas disciplinas voltadas às línguas, especialmente em Comunicação e Expressão e Metodologia Científica, ambas do 1º ano do curso, bem como nas disciplinas específicas, visto que a escrita é interpretação é um compromisso de todas as áreas do conhecimento. O trabalho em equipe, a sociabilidade e a criatividade também serão habilidades desenvolvidas, uma vez que a prática pedagógica do Curso objetiva educar para o exercício da profissão e da cidadania, ou seja, para as

relações sociais, políticas, culturais e éticas e que são centrais para a inserção autônoma no mundo do trabalho.

3.10 Políticas de inclusão e acessibilidade do estudante

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - Necessidades Educacionais Específicas - entendidas como necessidades que se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtornos globais de desenvolvimento e/ou transtorno do espectro autista, transtornos neurológicos e outros transtornos de aprendizagem, sendo o Núcleo de Apoio às Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador dessas ações, juntamente com Equipe pedagógica (pedagogo área, Supervisão e orientação, professor de Atendimento Educacional Especializado (educador especial), coordenadoria do Curso e equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social, enfermagem, médico ou área da saúde e outros profissionais que estejam envolvidos no acompanhamento do estudante).

II – Gênero e diversidade sexual: promoção dos direitos da mulher e de todo um elenco que compõe o universo da diversidade sexual para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – NUGEDS.

III – Diversidade étnico-racial: voltada aos estudos e ações sobre as questões étnico-raciais em apoio ao ensino, pesquisa e extensão, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil,

pautado na Lei nº 10.639/2003, e das questões Indígenas, na Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas. Tendo como articulador dessas ações o Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o Curso considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer 02/2013 que trata da Terminalidade Específica, no parecer CNE/CEB nº 5 de 2019, que trata da Certificação Diferenciada e na Lei nº 13.146/ 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes.

Prevê a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade curricular que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, dos objetivos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da Certificação Diferenciada e/ou Terminalidade Específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com este projeto pedagógico de curso (PPC), respeitada a frequência obrigatória. Garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos

tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação e uma matriz curricular compreendida como propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

3.11 Políticas de apoio ao/a estudante

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida acadêmica.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, conforme regidos pelo Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade - retificado Resolução nº 51/2016, Resolução nº 148/2017 e Resolução nº15/2019 e a Instrução Normativa PROEN nº 03/2016 (Dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência) quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do Curso de Tecnólogo em Agrocomputação são adotadas as seguintes iniciativas:

- Acompanhamento aos estudantes através de conselhos processuais;
- Representação estudantil;

- Coordenadoria para acompanhamento e intermediação de estágios;
- Atendimento do setor de enfermagem;
- Visitas técnicas;
- Participação em Núcleos como NAPNE, NUGED, NEABI, entre outros;
- Monitorias;
- Serviço de apoio pedagógico e educacional;
- Serviço de atendimento educacional especializado;
- Serviço de assistência estudantil;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão
- Apoio à participação em eventos como feiras, mostras, atividades culturais, entre outros;
- Incentivo à realização de eventos e atividades culturais;

3.12 Formas de implementação das políticas de ensino, extensão pesquisa

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional, o ensino, a pesquisa e a extensão devem buscar superar os limites entre suas respectivas áreas de ações, com vistas a alcançar a tão defendida indissociabilidade. Dessa forma, o Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação incentiva a realização de ações que naveguem nas três dimensões educacionais que são tão importantes para a formação integral/omnilateral dos membros da comunidade acadêmica do IFSul.

Esse princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão proposto, pretende possibilitar a formação de profissionais capazes de atender aos desafios da ciência e do desenvolvimento local e regional, sempre na busca da justiça social.

As políticas públicas para a Educação têm apontado para que a Extensão estabeleça uma via de mão dupla com a sociedade que permita a integração entre os saberes acadêmico e popular, sempre com a intencionalidade de revitalização da relação ensino/pesquisa frente às demandas da maior parte da população. Nesse

sentido, o Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação visa apoiar e incentivar ações que possibilitem soluções computacionais para problemas identificados no contexto das ciências agrárias. Ademais desenvolvam sistemas informatizados para a agricultura de precisão, realizem estudos de viabilidade técnica e econômica na área, avaliem o impacto socioambiental de soluções computacionais no ambiente agrário, oportunize programas capacitação para produtores rurais sobre o uso de tecnologias e sistemas de informação, promovendo a inclusão digital no campo e/ou outras ações sociais demandadas pela comunidade, uma vez que a Extensão deve ter seu compromisso maior com a superação da desigualdade e da exclusão. Isto é assumir-se como agente importante de transformação social no Brasil, a partir da emancipação dos ditos excluídos.

Aliado a isso, torna-se importante para a formação discente, a sua interação com a sociedade ao longo do seu percurso formativo, a qual permite uma identificação com a realidade social e com os problemas que deverão ser enfrentados na sua área de atuação como Técnico em Agrocomputação, contribuindo assim, com a sua formação ética e política.

Com relação à Pesquisa e Inovação, buscam-se despertar a iniciação científica e estimular a formação de novos pesquisadores, através do envolvimento dos estudantes na participação de projetos de pesquisa que abordem questões regionais, relacionados a problemas reais enfrentados por arranjos produtivos locais, participação em eventos científicos, apresentações, publicações e parcerias com entidades públicas ou privadas.

O Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação visa ainda estimular a compreensão dos conhecimentos teóricos e o desenvolvimento de projetos, através da sua articulação com as aulas de práticas em laboratório, equipado com recursos tecnológicos que permitam aos alunos experimentar situações práticas das ciências agrárias. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de aplicar conceitos em cenários reais, utilizando ferramentas como softwares de análise de dados, sistemas de monitoramento e sensores. Essa abordagem prática enriquece o aprendizado, desenvolve habilidades técnicas essenciais e prepara os alunos para enfrentar os desafios do mundo do trabalho, promovendo uma formação sólida e integrada entre teoria e prática. Além disso, o curso incentiva a inovação e a pesquisa, estimulando

os alunos a buscar soluções criativas e eficazes para problemas contemporâneos na agricultura.

3.13 Curricularização da extensão e da pesquisa

Conforme a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que trata das Diretrizes da Extensão na Educação Superior, tanto as concepções quanto as práticas extensionista, se sustentam no reconhecimento da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, no respeito e necessidade de promoção da interculturalidade; na perspectiva formativa integral e cidadã dos estudantes, na articulação entre ensino, extensão e pesquisa; na promoção de iniciativas que propaguem o compromisso social das instituições, assim como, a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa/inação; a produção e a construção de conhecimentos, atualizados e coerentes com a realidade brasileira.

Em consonância com estes princípios, a Política de Extensão do IFSul – Res 128/2018 - define a Extensão como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico, através do qual se procede a difusão, socialização e democratização do conhecimento acadêmico e tecnológico, com instituições, segmentos sociais e o mundo do trabalho, visando a solidariedade e o desenvolvimento humano, socioeconômico, ambiental e cultural sustentável. Neste sentido, a Ação Extensionista no IFSul é compreendida como uma prática acadêmica que interliga a Instituição nas suas atividades de ensino e pesquisa/inação com as demandas das comunidades. Tal perspectiva consolida a formação de profissionais cidadãos credenciados junto à sociedade – espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento - com o intuito de superar as desigualdades sociais. Com o objetivo de consentir estas resoluções e diretrizes, a curricularização da extensão e pesquisa no CST em Agrocomputação prioriza a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, promove a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa/inação e a extensão, possibilitando aos estudantes a interação dialógica com a sociedade, por meio da produção do conhecimentos, da participação e do contato com a complexidade do contexto social, local e regional, através da oferta regular e obrigatória de componentes curriculares.

Além da curricularização da extensão, o Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação incentivará a pesquisa/inação através da oferta regular e obrigatória de componentes curriculares. A curricularização da extensão e da pesquisa é desenvolvida ao longo do curso, de acordo com Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e alinhada com a Política de Extensão e Cultura do IFSul (Resolução Consup nº 128/2018); Regulamento da Curricularização da Extensão e da Pesquisa nos cursos de graduação do IFSul (Resolução Consup nº 188/2022) e aspectos operacionais para o registro conforme Instrução Normativa IFSul nº 07, de 11 de abril de 2023. Este projeto prevê 270 (duzentas e setenta) horas de curricularização da extensão e 120 (cento e vinte) horas de pesquisa, em sua matriz curricular.

Em acordo a estas regulamentações, as ações de pesquisa e extensão curricularizadas estão vinculadas a projeto(s) e/ou programa(s) de extensão e/ou pesquisa. Os projetos e/ou programas são submetidos ao Edital de Fluxo Contínuo para Ações Curricularizadas. Os programas/projetos vinculados aos componentes curriculares de extensão e pesquisa devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão devidamente registrados no plano de ensino do componente curricular. Cabe ao docente responsável pelo componente curricular a elaboração do Plano de Ensino explicitando as atividades de extensão e/ou pesquisa, a abertura do processo eletrônico e o encaminhamento à Coordenação do curso.

A avaliação da aprendizagem do estudante será vinculada à participação e aproveitamento dos discentes nas atividades propostas. Os mecanismos de acompanhamento e de avaliação do estudante, como protagonista nos componentes curriculares de extensão e/ou pesquisa, incluem a presença em visitas, reuniões de planejamento e oficinas, além de apresentações sobre o desenvolvimento do projeto, relatório de atividades individuais mensais, e relatório parciais e finais por equipe, sendo de responsabilidade dos docentes dos componentes curriculares de extensão e pesquisa a responsabilidade de acompanhar e avaliar a participação dos/as discentes. Os critérios de avaliação da participação do estudante nas ações de extensão e pesquisa do componente curricular são descritos no Plano de ensino dos componentes curriculares de extensão e/ou pesquisa, o qual deve conter, obrigatoriamente, o número de registro do programa ou o projeto na PROEX e PROPESP. A comprovação da carga horária em extensão e/ou pesquisa

executada por meio de componente curricular será registrada mediante aprovação do estudante, não sendo necessária a apresentação de certificação específica em extensão e/ou pesquisa.

3.14 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional com destaque para a avaliação realizada pela CPA (conforme seção 1.7.5.1), além de outras avaliações internas discutidas nas reuniões das instâncias de deliberação do curso, citadas no tópico subsequente, e o resultado das avaliações externas como insumo para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

3.14.1 Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão

As discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento das ações curriculares e políticas institucionais são norteados conformidade com os princípios do Estatuto, do Regimento Geral, da Organização Didática do IFSul e do Projeto Pedagógico Institucional, que estabelecem diferentes instâncias para essa finalidade:

- **Núcleo Docente Estruturante (NDE):** responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- **Colegiado/Coordenadoria de Curso:** responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- **Pró-reitoria de Ensino (PROEN):** responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada ;
- **Colégio de Dirigentes (CODIR):** responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;

- **Câmara de Ensino:** responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino
- **Conselho Superior (Consup):** responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino.

Além disso, os procedimentos para a escolha e atuação da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e do NDE são regidos conforme os termos da Organização Didática do IFSul.

3.15 Atividades de tutoria

No Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação, modalidade presencial, está prevista carga horária não presencial, e as atividades de tutoria são desempenhadas pelos próprios docentes responsáveis pelas disciplinas que possuem previsão no PPC de carga horária não presencial. O número de vagas ofertada em cada turma é suficiente para que o docente cumpra as responsabilidades atribuídas nas aulas presenciais bem como o acompanhamento das atividades não presenciais, que podem exigir certas atribuições de tutoria.

As principais atividades de tutoria realizadas pelo professor da disciplina com carga horária não presencial se resumem nas seguintes atribuições: preparação e organização dos espaços no AVA para a oferta das atividades não presenciais; orientação e acompanhamento para a realização das atividades discentes não presenciais; mediação com o uso de tecnologias de comunicação assíncronas; participação em encontros síncronos não presenciais quando previstos no plano de ensino; preparação de exercícios e atividades de avaliação diagnóstica assíncronas não presenciais.

Com relação às atividades de organização dos espaços no ambiente virtual podem-se relacionar, como exemplos, a preparação de materiais e recursos que serão disponibilizados no AVA, verificação dos estudantes inscritos na disciplina, verificação das datas das atividades de avaliação e verificação ou atualização dos materiais complementares.

No que diz respeito às atividades de orientação e acompanhamento, destacam-se os esclarecimentos de dúvidas, orientações gerais ao estudante sobre a navegação no ambiente virtual, os recursos do AVA, as ferramentas e recursos disponíveis na disciplina, os exercícios online propostos, as atividades avaliativas e respectivos prazos. Paralelamente à orientação, utilizando os recursos do AVA, o professor pode acompanhar os acessos dos estudantes, a realização das atividades, os resultados de avaliações, entre outras atividades. Este acompanhamento pode gerar outras atividades a serem realizadas para promover o processo de ensino e aprendizagem.

As atividades de mediação têm como objetivo promover a integração do estudante no AVA gerando, de forma gradual e contínua, resultados de aprendizagem. O professor promove atividades de interação entre aluno-professor, aluno-aluno e aluno-recursos didáticos. No AVA o professor media as discussões propostas e promove a ampliação e o aprofundamento dos temas e dos conceitos abordados.

No plano de ensino da disciplina de Projeto de Extensão I podem estar previstas atividades específicas não presenciais síncronas. Neste caso o professor responsável reserva e organiza a sala virtual, pública o endereço aos estudantes envolvidos e coordena o encontro que podem envolver aulas de revisão, demonstração de softwares, apresentação de trabalhos, etc.

As diversas atividades da tutoria são realizadas com a utilização, predominantemente, de recursos do AVA, tais como: avisos, fóruns de discussão, os serviços de mensagens, wikis, portfólios, blogs, diários e grupos.

As atividades de tutoria desenvolvidas no âmbito das disciplinas do curso estão em consonância com as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, no que se refere às atividades previstas ao longo do curso, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo.

3.16 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos de ensino e de aprendizagem

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) são adotadas nos processos de ensino e de aprendizagem para permitir a execução do Projeto Pedagógico do Curso, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional e promovendo a interatividade entre docentes e acadêmicos(as). Dessa forma, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso, com destaque para nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o Moodle, que descrevemos no tópico seguinte.

3.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA-Moodle - é adotado no IFSul. No Câmpus Camaquã, seu uso já era bastante difundido, mesmo antes da pandemia do novo coronavírus, em 2020, com recorrentes capacitações para docentes e outros servidores e com o uso bastante disseminado entre os discentes.

No AVA-Moodle, é possível disponibilizar textos, vídeos, imagens e informações relacionados aos conteúdos, criar e gerenciar fóruns de discussão, propor e realizar a entrega/coleta de tarefas em formato de texto ou para respostas objetivas (como múltipla escolha ou questões de verdadeiro e falso), de forma que ele permite também a aplicação de todo tipo de atividade avaliativa, dentro dos prazos estabelecidos pelos(as) docentes em cada disciplina, mediante seus objetivos em cada componente curricular. Da mesma forma que ele permite o envio de avisos e mensagens aos discentes matriculados em um componente curricular, de forma coletiva ou individualmente.

3.18 Materiais didáticos

Os materiais didáticos utilizados nos ambientes virtuais são elaborados pelo docente regente do componente curricular com linguagem inclusiva e acessível e recursos comprovadamente inovadores.

3.19 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação no IFSul é compreendida como processo tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos discentes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir nos processos de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos discentes.

No âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como trabalhos, provas, desenvolvimento de projetos, elaboração de relatórios, participação em fóruns de discussão e outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

O processo avaliativo é composto por duas etapas com, no mínimo, dois instrumentos avaliativos diferentes, tendo o de menor peso, no mínimo, 30% da nota da etapa. Para ser considerado aprovado em cada disciplina, o(a) acadêmico(a) necessita atingir nota mínima 6,0 (seis) em cada etapa avaliativa, e apresentar percentual de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina. Será atribuída, por disciplina, nota de 0 (zero) a 10 (dez), admitindo-se intervalos de um 0,1 (um décimo) pontual.

O(A) acadêmico(a) que, ao final do período letivo, apresentar aproveitamento inferior à nota 6,0 (seis) nas disciplinas terá direito a uma reavaliação em cada

disciplina. Até a reavaliação, deverão ser oferecidas estratégias de recuperação paralelas para as aprendizagens não exitosas, conforme previsto no plano de ensino do(a) professor(a). Após a reavaliação de cada uma das disciplinas, será considerada, pelo(a) professor(a), a maior nota obtida pelo(a) acadêmico(a) na referida disciplina. O(A) acadêmico(a) que reprovar em alguma disciplina deverá repeti-la em outro período letivo. A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSul e fundamenta-se nos princípios anunciados pelo Projeto Pedagógico Institucional.

4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4.1 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do(a) acadêmico(a) e analisando a adequação do perfil do(a) egresso(a), considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho.

Segundo a Organização Didática (Art. 30) o colegiado do curso deverá indicar os integrantes do Núcleo, sendo que este deverá ser constituído de, pelo menos, cinco professores pertencentes ao corpo docente do curso seguindo os seguintes critérios: no mínimo, 60% dos integrantes deverão ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e, pelo menos, 20% dos integrantes deverão possuir regime de trabalho de tempo integral no curso.

4.1.1 Composição

O NDE é formado por 5 (cinco) docentes do curso, mais o Coordenador, membro nato. Todos os membros do NDE possuem pós-graduação *Stricto sensu* e atuam em regime de dedicação exclusiva, sendo o coordenador de curso um dos integrantes.

4.1.2 Atribuições

As atribuições do Núcleo Docente Estruturante conforme artigo 31 da OD são :

- I . zelar pelo cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso
- II. propor alterações no currículo, a vigorarem após aprovação pelos órgãos competentes;
- III . estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes;
- IV . zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- V . propor orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas do curso;
- VI . indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área do curso;
- VII . zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- VIII . contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso.

4.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo Colegiado de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso conforme demanda avaliativa emergente. A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso é realizada de forma processual pelo acompanhamento constante do processo curricular com identificação dos aspectos que merecem aperfeiçoamento no processo educativo do Curso nas reuniões periódicas do Colegiado e docentes que atuam no curso. No processo de autoavaliação do curso também participam os egressos, seus empregadores ou comunidade externa e os resultados do ENADE e

avaliações in loco são considerados. Sendo verificada a articulação das ações de ensino, pesquisa e extensão; os possíveis problemas na estrutura e no funcionamento do curso, bem como planejado estratégias para a melhoria do curso em termos pedagógicos e para contemplar as mudanças no mundo do trabalho e sociedade.

4.3 Equipe Multidisciplinar

O Câmpus Camaquã possui equipe multidisciplinar para apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, contando com profissionais de atendimento educacional especializado, assistente social, técnicos em assuntos educacionais, orientadora pedagógica e supervisora pedagógica. Colaboram também, em âmbito institucional para o desenvolvimento das atividades à distância o CPTe (Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais) e o DETE (Departamento de Educação à Distância e Novas Tecnologias).

4.4 Coordenador/a do curso

Compete ao(à) coordenador(a) do Curso coordenar e orientar as atividades do Curso e coordenar a elaboração e as alterações do projeto pedagógico, encaminhando-as para análise e aprovação nos órgãos competentes. Dessa forma, organiza e encaminha os processos de avaliação interna e externa, bem como organiza e disponibiliza dados sobre o Curso. Para tanto, cabe ao(à) coordenador(a) presidir o colegiado e propor, nesse órgão, medidas para o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão; do mesmo modo em que deve integrar o Núcleo Docente Estruturante. Cabe ainda atender à demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os(as) docentes e acadêmicos(as), de forma a administrar a potencialidade do corpo docente do curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. Deve-se ainda compartilhar o plano de ação para oferecer indicadores de desempenho da coordenação, disponíveis e públicos.

Cabe ao Coordenador a organização de reuniões específicas em articulação com o NAPNE, para discutir a implementação de planos de ensino adaptados para os estudantes com necessidades educacionais específicas.

4.4.1 Regime de Trabalho do/a coordenador/a

O coordenador do Curso é servidor do quadro efetivo com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva (DE), sendo destas, um máximo de 20 (vinte) horas dedicadas às atividades de coordenação.

O coordenador participa no acompanhamento dos estudantes junto com a Depex, equipe de apoio ao ensino, equipe pedagógica e o colegiado do curso nas ações associadas a permanência e êxito, bem como melhorias nos processos didático-pedagógico. Participa também no acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais específicas, junto com o NAPNE e o colegiado do curso, discutindo por metodologias e adaptações que garantam o aprendizado do estudante.

O coordenador convoca reuniões com o Núcleo Docente Estruturante ao menos uma vez por semestre e sempre que necessário, na forma extraordinária. Entre as ações realizadas junto ao NDE, destacam-se as mudanças no PPC, bem como os planos estratégicos para ações que buscam a melhoria nos processos do ensino e do curso. O coordenador regularmente realiza o agendamento de reuniões com o colegiado do curso, sendo este um ambiente de compartilhamento de informações e apresentação de demandas e decisões conjuntas. Nesses encontros, são tratados diversos assuntos como os correlatos das reuniões de coordenação presididas pela DEPEX, Direção e demais instâncias da instituição. O espaço é de construção coletiva onde todos os membros propõem e tecem opiniões nos processos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão. Sempre que necessário, o coordenador também apresenta as ações realizadas pelo NDE para conhecimento e deliberação pelo colegiado. Como por exemplo as propostas de alteração no PPC, alteração dos integrantes do NDE, a criação de grupos de trabalho para atender as demandas excepcionais, entre outras.

O coordenador participa junto com o departamento de administração em processos de aquisições de bens patrimoniais e de consumo solicitados pelas áreas do curso. O coordenador também é alocado como responsável por parte do patrimônio institucional, realizando a revisão de patrimônios, conforme orientação da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio (COAP).

4.4.2 Plano de Ação

O plano de ação elaborado anualmente apresenta as metas da coordenação para o ano letivo, especificando as ações por período. O plano válido para o ano letivo deve ser apresentado e aprovado pelo Colegiado do Curso até a segunda semana do início ano letivo ao qual está vinculado. Ver o Anexo 1 “Plano de Ação do Coordenador”, para análise dos planos e relatórios já aprovados.

4.4.2.1 Indicadores de desempenho

Anualmente, o relatório deve apontar quais metas e ações específicas foram atingidas, quais ainda estão em execução dentro do prazo, em execução fora do prazo e quais não foram realizadas e atendidas. Caso necessário, são incluídas as justificativas para atrasos e cancelamentos de ações e as observações. A análise do Plano de Ação e do relatório produzido possibilita fornecer indicadores do desempenho do(a) coordenador(a) e providências para que ações corretivas sejam adotadas para minimizar os impactos negativos no curso.

4.4.2.2 Representatividade nas instâncias superiores

O(A) coordenador(a) apresenta as demandas do Curso às instâncias superiores por meio dos representantes da gestão do Câmpus nessas instâncias. Assim, a coordenação pode solicitar, formalmente, por meio da Direção Geral, que demandas sejam levadas para discussão no Colégio de Dirigentes e no Conselho Superior; à Chefia do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão para que assuntos sejam abordados na Câmara de Ensino; e à Coordenação de Pesquisa e

à Coordenação de Extensão para que demandas sejam encaminhadas ao Câmara de Pesquisa e à Câmara de Extensão do IF Sul, respectivamente.

4.5 Corpo docente e supervisão pedagógica

O corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do(a) estudante, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do(a) egresso(a), e incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação. As discussões dessas temáticas e problemáticas são sempre fomentadas pela comunidade acadêmica, pelo NDE e pelo Colegiado de Curso, sendo pautadas pelo(a) Coordenador(a) de Curso para discussão nas instâncias adequadas, ou ainda individualmente ou em pequenos grupos.

O regime de trabalho do corpo docente, formado na sua maioria por servidores(as) efetivos(as) com 40 horas semanais e Dedicção Exclusiva, permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos(as) acadêmicos(as), a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos(as) professores(as) em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e na gestão para melhoria contínua.

Os(As) professores(as) do eixo de Informação e Comunicação têm experiências anteriores como técnicos da área, analistas, programadores, administradores de redes e outros, que permitem apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional; atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática; promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas, considerando o conteúdo abordado e a profissão. Além disso, está previsto atividades de extensão com a comunidade agrícola da região, para

proporcionar a experiência e o aprendizado contextualizado ao objetivo do curso de Agrocomputação.

O corpo docente possui experiência na docência da Educação Básica, uma vez que atuam também com as turmas de Ensino Médio Integrado em Informática, além dos demais cursos do Campus.

O corpo docente possui experiência na educação a distância (EAD) vivenciada durante a pandemia da Covid-19, em que foi necessário a adaptação curricular das atividades presenciais para atividades pedagógicas não presenciais (APNP's). Neste contexto os docentes aprenderam a utilização de ferramentas pedagógicas e metodologias para educação a distância, atuando como docentes e tutores de suas disciplinas.

Além disso, todos(as) professores(as) do curso são mestres(as) ou doutores(as) e possuem experiência na docência superior. Dessa forma, podem promover ações que permitem identificar as dificuldades dos(as) acadêmicos(as), expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de acadêmico(as) com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período.

O Curso procura desenvolver ações que incentivem a produção científica, cultural, artística ou tecnológica, de forma a estimular uma produção constante, que reflita na prática pedagógica dos(as) docentes e na retroalimentação dos processos de ensino, pesquisa e extensão, visando a qualificar a aprendizagem dos(as) educandos(as). Tem-se como meta do Curso que a maioria dos(as) docentes possua, no mínimo, 9 (nove) produções nos últimos 3 (três) anos, tais como artigos publicados em periódicos científicos na área; artigos publicados em periódicos científicos em outras áreas; livros ou capítulos em livros publicados na área; livros ou capítulos em livros publicados em outras áreas; trabalhos publicados em anais (completos); trabalhos publicados em anais (resumos); traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados; propriedade intelectual depositada; propriedade intelectual registrada; projetos e/ou produções técnicas artísticas e culturais;

produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não (projeto de ensino, pesquisa ou extensão, apostila, material didático etc.).

O detalhamento das informações de cada membro do corpo docente e da supervisão pedagógica encontra-se no Apêndice 1 - Tabela de informações sobre o pessoal docente e supervisão pedagógica.

4.6 Colegiado do curso

Como forma de facilitar o preenchimento deste item, abordar em forma de texto ou de subseções: constituição, atuação do colegiado, fluxo de encaminhamento de decisões, sistema de suporte, avaliação de desempenho e implementação de práticas de gestão.

O Colegiado do Curso possui representatividade dos três segmentos (discentes, docentes e técnicos-administrativos). O Colegiado reúne-se, ao mínimo, de uma vez por semestre, sendo suas reuniões e as decisões associadas devidamente registradas em ata digital assinada pelos(as) presentes. Os membros do Colegiado são convidados, antecipadamente, pelo coordenador do Curso para a reunião, cuja pauta é enviada previamente. Os membros do Colegiado podem indicar novos pontos de pauta e os assuntos são discutidos e deliberados durante a reunião. Há, assim, um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

O colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação é composto pelo coordenador do curso e por um membro da supervisão pedagógica do Campus como membros natos, no mínimo 20% do total de docentes em atividade no curso devem ser representantes docentes, um representante técnico-administrativo e um representante discente, escolhidos entre seus pares.

Compete ao Colegiado do Curso:

- I. acompanhar e avaliar o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. deliberar sobre processos relativos ao corpo discente;

- III. aprovar orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas propostas pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso, quando houver, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;
- IV. proporcionar articulação entre a Direção Geral, professores(as) e as diversas unidades do Câmpus que participam da operacionalização dos processos de ensino e de aprendizagem;
- V. deliberar sobre os pedidos encaminhados pela Coordenação do Curso para afastamento de professores(as) para licença-capacitação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, em conformidade com os critérios adotados na instituição;
- VI. fazer cumprir a Organização Didática, propondo alterações quando necessárias;
- VII. delegar competência, no limite de suas atribuições;
- VIII. elaborar propostas curriculares e/ou reformulações do curso;
- IX. propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão.

4.6.1 Implementação de práticas de gestão

A Coordenação do Curso reúne-se, semanalmente, com a Chefia do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão e a equipe pedagógica do Câmpus, de forma a monitorar e a operacionalizar as decisões tomadas no âmbito do Colegiado do Curso quando necessário.

4.7 Corpo de tutores do curso

No Curso de Tecnologia em Agrocomputação, o professor Titular da disciplina acumula o papel de Tutor. Este docente que ministra a/as disciplinas que possuem atividades remotas, desenvolve, com o apoio da equipe multidisciplinar os materiais publicizados no AVA (Moodle), o qual é solicitado pelo docente a Comissão de Gerenciamento do Moodle do IFSul Camaquã. O docente identifica as dificuldades dos/as discentes e constrói o conteúdo do componente curricular em linguagem aderente às características da turma, com exemplos contextualizados e elabora atividades específicas, em colaboração com os/as docentes, para a promoção da

aprendizagem de alunos/as com dificuldades, adotando práticas comprovadamente exitosas no contexto da modalidade a distância.

4.8 Políticas de Interação entre Coordenação de Curso, Corpo Docente e de Tutores

A Coordenação do Curso deve permanecer disponível a toda comunidade acadêmica, de forma a direcionar as demandas ao fórum apropriado ou a atuar em caso de urgência. A comunicação com a coordenação do curso pode ocorrer pelo email da coordenação para que seja registrado e presencialmente na sala de professores/coordenação. A gestão democrática do curso deve se fazer perceptível nas reuniões regulares de colegiado, ao menos uma vez ao semestre, mas sempre que algum assunto de maior interesse do curso precisar ser discutido. Além de reuniões igualmente regulares da coordenação com NDE. Nessas reuniões, todos os membros do colegiado e NDE têm possibilidade de expressão e, eventualmente, de voto, caso não se construa uma solução consensual. As pautas e deliberações são documentadas nas atas das reuniões, proporcionando os encaminhamentos das questões que envolvam o curso. A identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores é item constante de avaliação, previsto no plano de ação da coordenação.

Além disso, casos pontuais e particulares são encaminhados à equipe pedagógica. As reuniões da Coordenação com a Chefia do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão e a equipe pedagógica devem se constituir em momentos de operacionalização das decisões do Colegiado e do Conselho Superior, guiando-se sempre pelos princípios deste PPC, da OD, do PDI e da legislação vigente.

5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

No apêndice, Tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo.

6 INFRAESTRUTURA

6.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

Há quatro espaços de trabalho para docentes em tempo integral. Localizado nos prédios 1 (um), 3 (três), 4 (quatro), 7 (sete) do Câmpus Camaquã com 95 m² (noventa e cinco metros quadrados), 40 m² (quarenta metros quadrados), 20 m² (vinte metros quadrados) e 60 m² (sessenta metros quadrados) de área, respectivamente. Cada espaço possui aparelhos de ar condicionado, impressora laser, quadro mural, acesso sem fio à internet, mesa individual por docente, armários individuais chaveados e cadeiras estofadas.

O espaço de trabalho possibilita o planejamento didático-pedagógico, atende às necessidades institucionais, possui recursos de tecnologias digitais de informação e comunicação apropriados e com manutenção periódica pela equipe da COTIN do Câmpus.

6.2 Espaço de trabalho para o/a coordenador/a

O espaço de trabalho do coordenador do curso localiza-se na mesma sala dos docentes, o que possibilita o contato e diálogo permanente. Esse espaço possibilita as ações acadêmico-administrativas da Coordenação do Curso e possui infraestrutura tecnológica adequada e com manutenção periódica pela equipe da COTIN do Câmpus, atendendo às necessidades institucionais. A fim de permitir um atendimento individualizado, a sala 123 é destinada a este fim, permitindo o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade.

6.3 Sala coletiva de professores

Há quatro espaços de trabalho para docentes em tempo integral. Localizado nos prédios 1 (um), 3 (três), 4 (quatro), 7 (sete) do Câmpus Camaquã com 95 m² (noventa e cinco metros quadrados), 40 m² (quarenta metros quadrados), 20 m² (vinte metros quadrados) e 60 m² (sessenta metros quadrados) de área, respectivamente. Cada espaço possui aparelhos de ar condicionado, impressora laser, quadro mural, acesso sem fio à internet, mesa individual por docente, armários individuais chaveados e cadeiras estofadas. O espaço de trabalho possibilita o

planejamento didático-pedagógico, atende às necessidades institucionais, possui recursos de tecnologias digitais de informação e comunicação apropriados e com manutenção periódica pela equipe da COTIN do Câmpus.

Pela sua dinamicidade organizacional, o espaço do Câmpus também permite o descanso e atividades de lazer e integração entre professores.

6.4 Salas de aula (Não se aplica para cursos a distância que não preveem atividades presenciais na sede)

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino e de aprendizagem.

6.5 Acesso dos/as alunos/as a equipamentos de informática

Os estudantes possuem acesso a 7 (sete) laboratórios de informática com acesso à internet pela RNP e equipamentos que proporcionam alto desempenho para a realização das tarefas propostas. Na biblioteca há 8 computadores com bolsistas no turnos da manhã e tarde disponíveis para orientação sobre o uso dos equipamentos.

Os laboratórios passam por constante manutenção e avaliação da COTIN, e são também avaliados pelo corpo docente e discente, sendo semestralmente enviadas à COTIN necessidades de adaptação nos softwares ou estruturas dos laboratórios que sejam necessárias.

A lista de laboratórios e seus recursos encontra-se no item 6.7.

6.6 Biblioteca

A biblioteca do Câmpus Camaquã está localizada no bloco 7 (sete) e tem 216 m² (duzentos e dezesseis metros quadrados). Possui ar condicionado, computadores com acesso à internet para servidores, computadores com acesso à internet para usuários, impressora multifuncional, armários e acesso à rede sem fio de internet. A biblioteca ainda possui um acervo físico composto por mais de 4.000 (quatro mil) livros e um acervo virtual com mais de 12.000 (doze mil) títulos. O acervo físico está tombado no patrimônio do Câmpus Camaquã, via SUAP, e informatizado por meio do Sistema Pergamum Biblioteca do IFSul. Já o acervo virtual possui contrato com a Biblioteca Virtual da Pearson, desde junho de 2021, que garante o acesso ininterrupto pelos usuários, 24 (vinte e quatro) horas por dia. O acesso pode ser realizado diretamente pelo catálogo do Pergamum, mediante o uso da matrícula e da senha cadastrada na biblioteca, tanto para acadêmico(as), quanto para servidores(as).

O acervo da bibliografia básica e complementar do Curso é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos e está atualizado, passando por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência pelo NDE pela equipe da biblioteca do Câmpus. As obras físicas que integrem a bibliografia básica dos programas devem ter, no mínimo, três exemplares disponíveis, enquanto as que integram a bibliografia complementar devem ter, no mínimo, duas unidades disponíveis. Nesse sentido, faz-se necessária a atualização constante das bibliografias sugeridas, por meio de revisão periódica dos programas das disciplinas do Curso. O relatório de adequação da bibliografia, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar, entre o número de vagas autorizadas do próprio Curso e de outros que utilizem os títulos e a quantidade de exemplares por título ou assinatura de acesso, disponível no acervo físico ou virtual, encontra-se no [Anexo 3](#).

6.7 Laboratórios didáticos

6.7.1 Laboratórios de formação básica

O campus Camaquã, preocupado com a busca constante de excelência no exercício de suas atividades, mantém diversos laboratórios de formação básica, sendo que os de matemática e linguagens são utilizados em atividades do curso.

Laboratório de Matemática

Armário (2 unidades). Bancada para computador (1 unidade). Cadeira escolar (30 unidades). Condicionador de ar (1 unidade). Conjunto de sólidos geométricos (2 unidades). Conjunto para função exponencial e logaritmo natural (2 unidades). Conjunto para funções parabólicas e senoidais (1 unidade). Conjunto para proporção inversa e equação do 1º grau (2 unidades). Conjunto para sólidos, superfícies de revolução e secções (1 unidades). Escaninho (1 unidade). Estante (2 unidades). Mesa (10 unidades). Quadro didático (12 unidades). Perfil transparente (3 unidades). Tábua para produtos notáveis (2 unidades). Tela de projeção (1 unidade). Triângulo articulável (2 unidades).

Laboratório de Linguagens

Mesa (6 unidades). Cadeira (40 unidades). Puff (3 unidades). Projetor multimídia (1 unidade). Aparelho de som (1 unidade). Quadro didático (1 unidade). Estante (3 unidades). Livros literários em português, inglês e espanhol, além de livros didáticos das três línguas. Jogos didáticos. Armário (1 unidade). Condicionador de ar (1 unidade).

6.7.2 Laboratórios de formação específica

Os laboratórios de formação específica ligados à informática são constantemente verificados e atualizados pela CM-COTIN para atender as demandas do curso. No ano de 2022, 2 (dois) laboratórios tiveram o hardware totalmente substituído (salas 709 e 710), 1 (um) laboratório está recebendo upgrade de memória e disco (sala 706), 1 (um) laboratório passou para uma nova sala, maior,

e recebeu mais recursos (sala 711), e 1 (um) laboratório trocou de sala e recebeu mais computadores, passando de 32 (trinta) para 48 (quarenta e duas) máquinas em resposta à futura ampliação de 32 para 40 vagas em turmas ingressantes. São 7 (sete) laboratórios que contam com recursos de hardware e software dedicados à maximizar as experiências de aprendizagem no percurso do educando. Seguem regras de utilização e segurança institucionais para acesso aos equipamentos. Semestralmente a CM-COTIN questiona as coordenações de curso solicitando as necessidades de atualização requeridas. Além disso, há os laboratórios ligados à área agrícola e de automação.

Laboratório de solos (sala 210)

- 1 Câmara climática com controle de fotoperíodo e temperatura
- 1 Conjunto para filtração Millipore completo
- 1 Moinho de facas
- 1 Moinho de bolas
- 1 Triturador industrial
- 20 banquetas
- 1 condicionador de ar
- 2 armários

Laboratório de Química (sala 204)

- 4 pHmetros
- 1 Bomba de vácuo isenta de óleo
- 2 Balanças analíticas
- 4 Agitadores magnéticos com aquecimento
- 1 Medidor portátil multiparâmetro
- 1 Estufa de secagem
- 1 Bateria de aquecimento para 6 provas
- 1 Espectrofotômetro Uv visível duplo feixe
- 1 Bureta digital
- 20 banquetas
- 1 condicionador de

Laboratório de Informática Aplicada e Microcontroladores (sala 301)

- 24 computadores Lenovo M75Q, Ryzen 3 5350 GE, 8Gb de ram, SSD de 256 Gb com sistema operacional Windows 11 pro;
- 24 bancadas para computadores;
- 24 cadeiras;
- 08 Osciloscópio digital MHz, tela LCD colorido 7”;

- 05 kits didáticos de microcontroladores;
- 05 conjunto de conversão de energia solar em energia elétrica;
- 04 fontes de alimentação 0-30V;
- 08 multímetros digitais 3 ½ dígitos;
- 04 armários;
- 01 quadro didático;
- 01 condicionador de ar
- 01 projetor multimídia.
- 04 estações de solda;

Laboratório de Eletrônica (sala 302)

- 08 bancadas para trabalho em eletrônica
- 08 osciloscópios analógicos de 30 MHz;
- 08 fontes de alimentação 0-30V;
- 08 geradores de função digital;
- 08 estações de solda;
- 08 kits didáticos de eletrônica digital;
- 08 multímetros digitais 3 ½ dígitos;
- 24 conjuntos FDE
- 04 armários;
- 01 quadro didático;
- 01 condicionador de ar;
- 01 projetor multimídia.

Laboratório de Instrumentação (sala 304)

- 01 prototipadora para placa de circuito impresso;
- 02 impressoras 3D, filamento polimérico;
- 01 impressora 3D DLP para resina;
- 02 máquinas de corte e gravação laser;
- 01 planta didática para controle de nível e vazão;
- 01 planta didática para controle de temperatura;
- 01 planta didática para controle de pressão;
- 01 condicionador de ar

Laboratório de Informática 704 (Laboratório de arquitetura de computadores)

- 50 Computadores com configurações diversas;
- 2 Estantes (2 unidades);
- 18 Kits de ferramenta para manutenção de computadores;
- 18 Multímetros digitais;
- 18 Estações de solda SMT;
- 18 Estações de solda SMD;
- 1 Switch;
- 20 Estabilizadores;
- 20 No-Break;

- 2 Armários;
- 16 Gaveteiros para componentes eletrônicos;
- 18 Bancadas para eletrônica;
- 1 Condicionador de ar;
- 18 Lupas para bancada;
- 36 Cadeiras;
- Quadro didático;
- Projetor multimídia.

Laboratório de Informática 705 (laboratório de programação e desenvolvimento de sistemas)

- 48 Microcomputadores com cpu Core-i3 de 4ª geração, armazenamento SSD 240GB, 4GB de memória principal, sistema operacional Windows 10 e monitor de 19 polegadas;
- Bancadas para 48 computadores;
- Quadro didático;
- Armário;
- Condicionador de ar;
- Cadeira;
- Projetor multimídia.

Laboratório de Informática 706 (laboratório de programação e desenvolvimento de sistemas)

- 24 Microcomputadores com cpu Core-i7, armazenamento HD 2TB, 8GB de memória principal, sistema operacional MacOS X e monitor de 27 polegadas.
- Bancadas para 24 computadores;
- Condicionador de ar;
- Cadeira;
- Projetor multimídia.

Laboratório de Informática 707 (laboratório de programação e desenvolvimento de sistemas)

- 40 Microcomputadores com cpu Core-i5 de 4ª geração, HD 500GB, 4GB de memória principal, sistema operacional Windows 10 e monitor de 19 polegadas;
- Bancadas para 48 computadores;
- Armário;
- Condicionador de ar;
- Cadeira;
- Projetor multimídia.

Laboratório de Informática 709 (laboratório de programação e desenvolvimento de sistemas)

- 34 Microcomputadores com cpu AMD Ryzen 7; SSD 256GB, 16GB de memória principal, sistema operacional Windows 10 e monitor de 19 polegadas (30 unidades).
- Bancada para 34 computadores
- 34 Cadeiras;
- Quadro didático;
- Condicionador de ar;

- Projetor multimídia.

Laboratório de Informática 710 (laboratório de programação e desenvolvimento de sistemas)

- 34 Microcomputadores com cpu AMD Ryzen 7; SSD 256GB, 16GB de memória principal, sistema operacional Windows 10 e monitor de 19 polegadas (30 unidades).
- Bancada para 34 computadores
- 34 Cadeiras;
- Quadro didático;
- Condicionador de ar;
- Projetor multimídia.

Laboratório 711 (Redes de Computadores e programação em rede)

- 30 Microcomputadores com cpu Core-i5 de 5ª geração, SSD 240GB + HD 500GB, 16GB de memória principal, sistema operacional Windows 10 e monitor de 19 polegadas;
- 2 Rack aberto de alta densidade;
- 1 Rack fechado;
- 3 Servidores para virtualização;
- 3 Servidores NAS;
- 3 Servidores para uso geral
- 15 Switch de Acesso Fast Ethernet 24 portas;
- 5 Switch L3 Gigabit Ethernet 24 portas;
- 1 Switch L3 GigabitEthernet 48 portas;
- 10 Roteadores WAN;
- 8 Roteadores 5 Portas;
- 20 Roteadores Wireless;
- 8 Access Point;
- 10 Roteadores Wireless Mesh;
- 1 Qualificador de Cabos Ethernet;
- 1 Rotuladora;
- 14 Alicates crimpador;
- 2 Armários;
- Bancadas para 32 computadores;
- 3 Gaveteiros para componentes eletrônicos;
- 32 Cadeiras;
- 2 Condicionadores de ar;
- 1 Quadro didático;
- 1 Projetor multimídia.

6.7.3 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)

Os materiais didáticos de cada componente curricular são disponibilizados pelos(as) docentes em curso específico no Ambiente Virtual de Aprendizagem -

Moodle ou no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) de cada componente curricular.

6.7.4 Ambientes profissionais vinculados ao curso

Não se aplica ao curso.

6.8 Infraestrutura de acessibilidade

O Campus Camaquã possui a seguinte infraestrutura adaptada para acessibilidade: acesso a todas as dependências do câmpus através de rampas; inexistência de degraus internos e na entrada dos prédios; piso tátil para deficientes visuais; banheiros acessíveis; corredores com espaço adequado para a circulação de cadeirantes; bebedouros adaptados e vagas reservadas no estacionamento.

O Campus é constituído de prédios térreos, portanto, não se fez necessária a instalação de elevadores. Os caminhos de acesso aos prédios têm rampas de acesso e tamanho adequado para a circulação de cadeirantes.

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I – pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio às Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador dessas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II – gênero e diversidade sexual: todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua

plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGEDS.

III – diversidade étnico-racial: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla ainda em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de

ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da instituição, respeitada a frequência obrigatória, bem como, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida com propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

Para o planejamento das estratégias educacionais voltadas ao atendimento dos estudantes com deficiência, será observado o que consta na Instrução Normativa nº3 de 2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.

7 REFERÊNCIAS

Descrever as leis, resoluções, pareceres, portarias ou qualquer outro documento e bibliografia utilizados para a construção do PPC conforme a ABNT vigente (atentar a não usar como base as normas do IF, somente se forem atualizadas).

8 ANEXOS E APÊNDICES

Apêndice I - Plano de ação do/a coordenador/a

1 – INTRODUÇÃO

O plano de ação do coordenador de curso tem como objetivo permitir o planejamento anual, o acompanhamento e os resultados do desenvolvimento das funções da Coordenação do Curso, de forma a garantir o atendimento à demanda existente e a sua plena atuação. O plano deve ser levado ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, tais como o site institucional, redes sociais e mural do curso. O acompanhamento será por meio de Relatório ao final do ano letivo, disponibilizado na página do curso no site do IFSul.

1.1 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do curso é planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo autoavaliativo periódico do curso. Ocorre por meio da efetiva integração entre as suas diferentes instâncias de administração acadêmica, visando ao aprimoramento contínuo do planejamento do curso, por meio do envolvimento de discentes e docentes. Suas instâncias próprias são a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado de Curso. Nesse sentido, a gestão do curso administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

As avaliações externas do curso compreendem as análises dos resultados do ENADE, das avaliações *in loco* do curso e do relatório de acompanhamento de egressos.

1.2 – Da Coordenação do curso

1.2.1 – São atribuições do coordenador

- I. coordenar e orientar as atividades do curso;
- II. coordenar a elaboração e as alterações do projeto pedagógico

encaminhando-as para análise e aprovação nos órgãos competentes;

III. organizar e encaminhar os processos de avaliação interna e externa;

IV. organizar e disponibilizar dados sobre o curso.

V. presidir o colegiado;

VI. presidir o Núcleo Docente Estruturante (NDE);

VII. propor, junto ao colegiado, medidas para o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão.

VIII. elaborar o plano de ação anual.

1.2.2 - Regime de trabalho do coordenador

A coordenação do curso, na figura do(a) docente Leonardo Campos Soares, possui um regime de trabalho de 40h, com dedicação exclusiva, de forma a cumprir com todas as atribuições da docência existentes na instituição. A Organização Didática do IFSul prevê que, para o exercício da coordenação, deve ser destinada carga horária mínima de 10 (dez) horas semanais. Nesse sentido, são destinadas 12 horas para desempenhar as atribuições de coordenação de curso, de forma a atender às demandas existentes, considerando a gestão do curso, a relação com docentes e discentes, com a equipe pedagógica e com a representatividade nos colegiados superiores.

1 – AÇÕES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Baseado no relatório das avaliações *in loco* do processo de reconhecimento do curso, verifica-se a necessidade de, principalmente, fortalecer a atuação de NDE e Colegiado, estabelecer um sistema rígido de registro e verificação das decisões dos órgãos e da Coordenação do curso. Buscando alcançar a evolução destes processos, as ações da coordenação para 2025 devem contemplar de forma privilegiada estas demandas.

Cronograma de ações para 2025													
AÇÃO GERAL E META	AÇÕES ESPECÍFICAS DA COORDENAÇÃO	MÊS											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Reunião com os alunos, apresentação dos membros das instâncias do curso e funções	- Definição da data; - Elaboração da pauta; - Convocação dos participantes; - Organização e participação da reunião - Verificação da necessidade de novas reuniões - Garantir registro da reunião e publicação	X			X								
Reunião do Colegiado	- Definição da data; - Elaboração da pauta; - Convocação dos participantes; - Organização e participação da reunião - Verificação da necessidade de novas reuniões - Garantir registro da reunião e publicação				X				X				
Reunião do NDE	- Definição da data; - Elaboração da pauta; - Convocação dos participantes; - Organização e participação da reunião - Verificação da necessidade de novas reuniões - Garantir registro da reunião e publicação		X		X		X		X		X		X
Revisão/atualização da documentação do curso	- Verificar o histórico de reuniões e atas e resolver qualquer inconsistência - Organizar os arquivos digitais da coordenação	X	X	X									
Reunião com corpo docente	- Definição da data; - Elaboração da pauta; - Convocação dos participantes; - Organização e participação da reunião - Verificação da necessidade de novas reuniões - Garantir registro da reunião e publicação	X		X		X		X		X		X	
Organização do primeiro semestre letivo de 2025	- Acompanhamento do processo seletivo do estudantes; - Acompanhamento da matrícula de estudantes	X	X	X									
Acompanhamento da implementação do novo PPC	- Apoio ao corpo docente - Apoio aos discentes - Reuniões específicas com apoio e chefias			X	x		X		X		X		X
Acolhimento de demandas dos estudantes	- Acompanhamento e encaminhamento de processos de alunos no SUAP; - Acolhimento de dificuldades de permanência dos estudantes; - Estudo de medidas que possam facilitar a permanência e o êxito dos estudantes.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Apêndice II - Tabela de informações sobre o corpo docente e supervisão pedagógica

Nome	Diego Rodrigues Pereira
Função	Professor EBTT
Titulação	Mestre
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	7 anos
Experiência Profissional	3 anos professor substituto no CEFET-RS e IFSUL Campus Pelotas
Experiência de docência na Educação Básica	10 anos, Atual mais tempo de substituto
Experiência de docência na Educação Superior	10 anos, Atual mais tempo de substituto
Experiência de docência na Educação a Distância	1 ano Curso TSIaD Campus Pelotas
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/7674729843259977

Nome	Érica Krachefski Nunes Oswald
Função	Professora EBTT
Titulação	Doutorado
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	8 anos e 5 meses

Experiência Profissional	não possui
Experiência de docência na Educação Básica	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense - 8 anos
Experiência de docência na Educação Superior	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense, campus Camaquã – 3 anos
Experiência de docência na Educação a Distância	não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/0009968992796398

Nome	Geraldo Dias Barbosa
Função	Professor EBTT
Titulação	Mestre
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	12 anos
Experiência Profissional	44 anos
Experiência de docência na Educação Básica	15 anos
Experiência de docência na Educação Superior	23 anos (básica, técnica e superior)
Experiência de docência na Educação a Distância	Não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/1889356367294979

tecnológica (ANEXO)	
--------------------------------	--

Nome	João Júnior da Silva Machado
Função	Professor EBTT
Titulação	Mestrado em Computação.
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva.
Tempo de permanência na Instituição	4 anos
Experiência Profissional	1 ano
Experiência de docência na Educação Básica	4 anos
Experiência de docência na Educação Superior	4 anos
Experiência de docência na Educação a Distância	2 anos
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/0061415619122233

Nome	José Auri Flach
Função	Professor EBTT
Titulação	Engenheiro Eletricista Mestre em Engenharia Elétrica
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	8 anos

Experiência Profissional	20 anos
Experiência de docência na Educação Básica	8 anos
Experiência de docência na Educação Superior	3 anos
Experiência de docência na Educação a Distância	não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/0372337062087033

Nome	Leonardo Campos Soares
Função	Professor EBTT
Titulação	Mestre
Regime de Trabalho	Dedicação exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	12 anos
Experiência Profissional	12 anos
Experiência de docência na Educação Básica	12 anos
Experiência de docência na Educação Superior	7 anos
Experiência de docência na Educação a Distância	não possui
Produção científica, cultural, artística ou	

tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/3881694766260730
----------------------------	---

Nome	Leonardo Missiaggia
Função	Professor EBTT
Titulação	Doutor
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	17 anos
Experiência Profissional	17 anos
Experiência de docência na Educação Básica	17 anos
Experiência de docência na Educação Superior	Sem experiência
Experiência de docência na Educação a Distância	1 ano
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/0749560863765697

Nome	Luciano Beiestorf Rocha
Função	Professor EBTT
Titulação	Bacharel Ciência da Computação, Mestre Engenharia Elétrica
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	11 anos
Experiência Profissional	5 anos

Experiência de docência na Educação Básica	12 anos
Experiência de docência na Educação Superior	6 anos
Experiência de docência na Educação a Distância	não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/5848226521558425

Nome	Marcelo Schiller de Azevedo
Função	Professor EBTT
Titulação	Tecnólogo em Automação Industrial Mestrado em Ciências e Tecnologias na Educação (IFSul CAVG)
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	14 anos
Experiência Profissional	2 anos
Experiência de docência na Educação Básica	14 anos
Experiência de docência na Educação Superior	Não possui
Experiência de docência na Educação a Distância	Não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/6384805787380151

Nome	Martimiano Krusciel de Moraes
Função	Professor EBTT
Titulação	Engenheiro de Controle e Automação Mestre em Engenharia e Tecnologia de Materiais Doutor em Engenharia e Tecnologia de Materiais
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	9 anos
Experiência Profissional	13 anos
Experiência de docência na Educação Básica	9 anos
Experiência de docência na Educação Superior	1 ano
Experiência de docência na Educação a Distância	não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/7675121681976594

Nome	Mateus Oliveira Jung
Função	Professor EBTT
Titulação	Mestrado em Engenharia de Computação
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	6 anos
Experiência Profissional	1 ano

Experiência de docência na Educação Básica	5 anos
Experiência de docência na Educação Superior	7 anos
Experiência de docência na Educação a Distância	não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/4248974130314909

Nome	Natália Silveira Lima
Função	Professora EBTT
Titulação	Graduação em Educação Especial, Mestra em Educação
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	3 meses
Experiência Profissional	não possui
Experiência de docência na Educação Básica	17 anos
Experiência de docência na Educação Superior	9 anos
Experiência de docência na Educação a Distância	não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/6813983400491136

Nome	Marcelo Rios Kwecko
Função	Professor EBTT
Titulação	Graduação em Ciências da Computação; Mestrado em Engenharia Elétrica.
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva.
Tempo de permanência na Instituição	12 anos
Experiência Profissional	8 ano
Experiência de docência na Educação Básica	12 anos
Experiência de docência na Educação Superior	7 anos
Experiência de docência na Educação a Distância	6 meses
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/6943644115809172

Nome	Roberto Hartwig Oswald
Função	Professor EBTT
Titulação	Engenheiro Eletricista Especialização em Docência no Ensino Superior
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	10 Anos
Experiência Profissional	7 Anos

Experiência de docência na Educação Básica	10 Anos
Experiência de docência na Educação Superior	Não possui
Experiência de docência na Educação a Distância	Não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/2243542157044331

Nome	Rodrigo Scherer Correa
Função	Professor EBTT
Titulação	Engenheiro de Controle e Automação Mestre em Engenharia Elétrica
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	10 anos
Experiência Profissional	5 anos
Experiência de docência na Educação Básica	11 anos
Experiência de docência na Educação Superior	Não possui
Experiência de docência na Educação a Distância	Não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/5560975651923386

Nome	Rodrigo Borges Tavares
Função	Professor EBTT
Titulação	Graduação em Engenharia Elétrica Mestre em Engenharia Elétrica
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	8 meses
Experiência Profissional	8 meses
Experiência de docência na Educação Básica	8 meses
Experiência de docência na Educação Superior	não possui
Experiência de docência na Educação a Distância	não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/6053596340628423

Nome	Ricardo Prediger
Função	Professor EBTT
Titulação	Especialista
Regime de Trabalho	Dedicação exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	13 anos, 9 meses, 5 dias
Experiência Profissional	-

Experiência de docência na Educação Básica	13 anos, 9 meses, 5 dias
Experiência de docência na Educação Superior	Não possui
Experiência de docência na Educação a Distância	Não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/4611051586065578

Nome	Rogério Pires Santos
Função	Professor EBTT
Titulação	Graduação em Gestão Ambiental (UERGS) Especialização em Tecnologias para Educação (IFSC). Especialização em Gestão Pública (UFRGS) Mestrado em Engenharia e Ciências Ambientais (UCS). Doutorado em Engenharia de Minas, Metalurgia e Matérias (UFRGS).
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	11 anos
Experiência Profissional	15 anos
Experiência de docência na Educação Básica	13 anos
Experiência de docência na Educação Superior	Não possui
Experiência de docência na Educação a Distância	Não possui

Produção científica, cultural, artística ou tecn	http://lattes.cnpq.br/3997830497214578
---	---

Nome	Sandra da Silva Machado
Função	Supervisora Pedagógica
Titulação	Mestrado
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva.
Tempo de permanência na Instituição	11 anos, 3 meses e 10 dias.
Experiência Profissional	25 anos
Experiência de docência na Educação Básica	25 anos
Experiência de docência na Educação Superior	6 anos
Experiência de docência na Educação a Distância	3 anos
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/8533657571069180

Nome	Tiago Vencato Martins
Função	Professor EBTT
Titulação	Mestre em Ensino de Matemática
Regime de Trabalho	Dedicação exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	8 anos
Experiência Profissional	18 anos

Experiência de docência na Educação Básica	18 anos
Experiência de docência na Educação Superior	5 anos
Experiência de docência na Educação a Distância	4 anos
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/4617125500898734

Nome	Viviane Dalmoro
Função	Professor EBTT
Titulação	Graduação Química Industrial, Doutorado em Química
Regime de Trabalho	Dedicação exclusiva
Tempo de permanência na Instituição	7 anos
Experiência Profissional	7 anos
Experiência de docência na Educação Básica	7 anos
Experiência de docência na Educação Superior	1 ano
Experiência de docência na Educação a Distância	Não possui
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (ANEXO)	http://lattes.cnpq.br/2921649097315796

Apêndice III - Tabela de informações sobre o corpo de tutores

Os tutores poderão ser os docentes que atuam no curso e relacionados no Apêndice II.

Apêndice IV - Tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo

Nome	André Pacheco
Titulação/Universidade	Graduação em Direito - Centro Universitário Metodista
Cargo	Assistente em Administração

Nome	Antonio Marcos Pacheco Coutinho
Titulação/Universidade	Possui graduação em Licenciatura em Química e Habilitação em Física pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC; Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA; Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.
Cargo	Assistente em Administração

Nome	Atila Lucas Paiva
Titulação/Universidade	Licenciatura em História - Uniasselvi; Pós-graduação em Gestão Pública - Faculdade FOCUS
Cargo	Assistente em Administração

Nome	Carmem Angelica Ribeiro de Borba
Titulação/Universidade	Graduação em Gestão Pública - Centro Universitário Leonardo da Vinci
Cargo	Assistente em Administração

Nome	Claudiani Jaskulski
Titulação/Universidade	Graduação em Enfermagem - FEEVALE; Especialização em Saúde Pública Universidade Norte do Paraná.

Cargo	Técnico em Enfermagem
--------------	-----------------------

Nome	Cristina Santana da Silva
-------------	---------------------------

Titulação/Universidade	Tecnóloga em Gestão Pública - Uniasselvi; Especialização em Gestão Pública - São Braz.
-------------------------------	--

Cargo	Assistente em Administração
--------------	-----------------------------

Nome	Daniela Vieira Magalhães dos Santos
-------------	-------------------------------------

Titulação/Universidade	Tecnóloga em Gestão Pública - UNOPAR; MBA em Gestão Pública - UNOPAR
-------------------------------	--

Cargo	Assistente em Administração
--------------	-----------------------------

Nome	Davi Henrique Rosskopf
-------------	------------------------

Titulação/Universidade	Graduação em Licenciatura em Física - Universidade Federal de Santa Maria; Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.
-------------------------------	---

Cargo	Assistente em Administração
--------------	-----------------------------

Nome	Douglas Pinho de Avila
-------------	------------------------

Titulação/Universidade	Pós Graduação em Atendimento Educacional Especializado - UNINA Graduação em Ciências/Biologia - FAFOPEE/FUNDASUL Téc. Automação Industrial - IFSUL Téc. Eletrotécnica - IFSUL Téc. Infraestrutura Escolar - IFSUL
-------------------------------	---

Cargo	Técnico de laboratório
--------------	------------------------

Nome	Endriw Duarte da Silva
Titulação/Universidade	Tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas - UNOPAR
Cargo	Técnico em tecnologia da informação

Nome	Fernanda Rodrigues Muller
Titulação/Universidade	Graduação em Biblioteconomia - Universidade Federal do Rio Grande; Especialização em Educação Especial e Educação Inclusiva Faculdade Fortium.
Cargo	Bibliotecário

Nome	Gabriel de Oliveira Xavier
Titulação/Universidade	Graduação em Administração - Centro Universitário Leonardo da Vinci; Especialização em MBA em Liderança e Coaching - Unidade Educacional do Rio Grande do Sul.
Cargo	Assistente em Administração

Nome	Goianaz Maximilla dos Santos
Titulação/Universidade	Tecnologia em Processamento de Dados - UFPEL; Tecnologia em Sistemas para Internet - IFSUL; Especialização em Aplicações para Web - FURG
Cargo	Técnico em Tecnologia da Informação.

Nome	Graziele Fagundes Rosales
Titulação/Universidade	Graduação em Ciências-Licenciatura Plena Habilitação Biologia - Faculdade de Formação de Professores e Especialistas em Educação; Especialização em Gestão Educacional - Universidade Luterana do Brasil; Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.
Cargo	Assistente de Aluno

Nome	Heber Antony Heming
Titulação/Universidade	Graduação em Redes de Computadores - Universidade de Cuiabá.
Cargo	Tecnólogo em Tecnologia da Informação

Nome	Juliane Laguna das Neves
Titulação/Universidade	Graduação em História - Centro Universitário Leonardo da Vinci.
Cargo	Assistente em Administração

Nome	Juliano Bosenbecker Denis
Titulação/Universidade	Graduação em Química-Bacharelado - Universidade Federal de Pelotas; Mestrado em Química - Universidade Federal de Pelotas.
Cargo	Técnico em Laboratório

Nome	Kellen Lüdtke Bierhals
Titulação/Universidade	Licenciatura em Pedagogia - UNIASSELVI; Pós-Graduação em Libras - UNOPAR
Cargo	Assistente em Administração

Nome	Luís Roberto da Silva Lampe
Titulação/Universidade	Graduado em Ciências Contábeis, pela Fundasul; Especialização em auditoria e análise de custos pela Fundasul; Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, pelo IFRS
Cargo	Contador

Nome	Luciana Fraga Hoppe
-------------	---------------------

Titulação/Universidade	Graduação em Administração - FUNDASUL. Graduação em Letras - Inglês - FUNDASUL. Especialização em Educação Especial e Práticas Inclusivas - Portal Faculdades; Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.
Cargo	Técnico em Assuntos Educacionais

Nome	Morgana Cardozo de Souza
Titulação/Universidade	Graduação em Matemática - Centro Universitário Leonardo da Vinci.
Cargo	Assistente em Administração

Nome	Patrick Coelho Vieira
Titulação/Universidade	Administração - FURG; Especialização em gestão estratégica - FETREMIS; Especialização em gestão pública - FOCUS
Cargo	Administrador

Nome	Pérsida Pereira da Silva
Titulação/Universidade	Bacharela em ciências contábeis/ UNIASSELVI - Centro universitário Leonardo da Vinci; Pós graduação em finanças / FAVENI - faculdade Venda Nova do Imigrante; Mestre em Educação Profissional e Tecnológica- - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.
Cargo	Cargo Técnico em contabilidade

Nome	Raquel Sperb Xavier
Titulação/Universidade	Graduação em Ciências - FUNDASUL; Especialização em Educação Ambiental - Centro Universitário FACVEST.
Cargo	Auxiliar de Biblioteca

Nome	Sandra Levien
Titulação/Universidade	Graduação em Licenciatura em Química - Universidade Federal de Pelotas; Graduação em Administração Universidade Federal de Santa Maria; Especialização em Educação Ambiental - Universidade Federal do Rio Grande; Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.
Cargo	Assistente em Administração

Nome	Solange Araujo Dias Lopes
Titulação/Universidade	Graduação em Pedagogia - Universidade Luterana do Brasil; Especialização em orientação Educacional - Centro Universitário Leonardo da Vinci; Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.
Cargo	Pedagoga

Nome	Tiago de Barros Vieira
Titulação/Universidade	Graduação em Biblioteconomia - Universidade Federal do Pará; Especialização Em Gestão Eletrônica De Documentos - Administração Pública - Unyleya
Cargo	Bibliotecário

Nome	Tiago Vidal Medeiros
Titulação/Universidade	Graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestrado em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Cargo	Técnico em Assuntos Educacionais

Documento Digitalizado Público

PPC do CST em Agrocomputação - Câmpus Camaquã

Assunto: PPC do CST em Agrocomputação - Câmpus Camaquã
Assinado por: Mario Junior
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Mario Renato Chagas Junior, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**, em 28/08/2024 16:14:39.

Este documento foi armazenado no SUAP em 28/08/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 731102

Código de Autenticação: 73b2044562



Documento Digitalizado Público

Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação - Câmpus Camaquã

Assunto: Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação - Câmpus Camaquã

Assinado por: -

Tipo do Documento: ANEXO

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento Digitalizado Público

PPC

Assunto: PPC

Assinado por: -

Tipo do Documento: Documento

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples